

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SUMULA

SUMÁRIO

1 - ATA DA 129ª SESSÃO ORDINÁRIA, em 10 de setembro de 1991.

1.1 - ABERTURA

1.2 - PEQUENO EXPEDIENTE

1.2.1 - LEITURA DAS ATAS DAS SESSÕES ANTERIORES

1.2.2 - COMUNICADOS DA MESA.

Requerimento de autoria do Deputado Tadeu Roriz, ~~Aut.~~ "Solicitor ~~de~~ informações a Secretaria de Desenvolvimento Social do Governo do Distrito Federal".

Projeto de Decreto Legislativo de autoria do Deputado Cláudio Monteiro, que "Sus-
tã os efeitos do disposto na alínea "a" e
parágrafo único do art. 19 do regulamen-
to de classificação e tarifas dos serviços
de água e esgotos do Distrito Federal", a-
provado pelo Decreto n.º 5.554, de 31/10/80, bem
como de qualquer outro Ato do Poder Exe-
cutivo local, que estabeleça a obrigatoriedade
de pagamento da tarifa mínima de
água e esgoto e dê outras providências".

Requerimento de autoria do Deputado Cláudio Monteiro, que "~~Solicita a V.S., após oitiva e Plenário, sobre solicitação~~ informações à Sr.^a Maria Augusta Eich de Menezes, Secretária de Desenvolvimento Social, sobre o resultado do Grupo de Trabalho, formado por intermédio da Instrução n.º 009, de 19/07/93, bem como a execução de Plano Emergencial de Reestruturação do Centro de Treinagem e Observação da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal".

Projeto de Lei de autoria do Deputado Tadeu Roriz, que "Autoriza o Governo do Distrito Federal a instituir a Fundação Universidade Distrital e das outras providências".

1.2.3 - COMUNICADOS DE LÍDERES

- DEPUTADO DENIEL PACHECO, em nome da bancada do PST.

^{Cumprimento}
Parabéns aos profissionais de comunicação pelo "Dia da Imprensa".

- DEPUTADO PADRE JONAS, em nome da bancada do PDT.

• Condenação a todos os seus pares, distintamente os da bancada do PDT, ~~de qual fez par~~.
que formulem negociações objetivando soluções para os problemas do DF.

- DEPUTADO GILSON ARAÚJO, em nome da bancada do PTR.

• Críticas à falta de objetividade no tratamento da elaboração da Lei Orgânica em detrimento dos problemas da coletividade.

8

. Apoio ao ~~notor~~ colega Deputado Carlos Albu-
lê em relação ao episódio ocorrido nesta Casa,
entre o Deputado e o Secretário de Agricultura.

- DEPUTADO AGNELO QUEIROZ, em nome da Banca-
da do PC do B.

. Elogio, em nome do PC do B, ao Deputado
Fernando Naves, ^{sugestão} pela ~~terceira~~ ^{terceira} ~~vez~~ ^{vez} para so-
lucionar o problema da contratação de funcioná-
rio para a Casa.

. Sauda^{ção} ~~os~~ ^{do} companheiros do Bairro Nova Senho-
ra, em visita a ~~na~~ Casa ~~para~~ ~~conversar~~ ~~com~~ ~~os~~
~~Deputados~~ ^{registro} de recebimento,

~~transmitir~~ ~~aos~~ ~~notor~~ ~~col~~ ~~lega~~ ~~os~~ ~~que~~ ~~receber~~
do Tribunal de Contas do DF, ^{de} ~~cor~~ ~~res~~ ~~p~~ ~~on~~ ~~c~~ ~~i~~ ~~n~~ ~~c~~ ^{de}
sobre os processos que ~~h~~ ~~a~~ ~~n~~ ~~h~~ ~~a~~ ~~m~~ ~~i~~ ~~n~~ ~~h~~ ~~a~~ ~~d~~ ~~o~~ ~~r~~ ~~e~~ ~~m~~ ~~o~~ ~~s~~
denunciando corrupção na Fundação Hospitalar
do DF.

- DEPUTADO ELÁUDIO MONTEIRO, em nome da Banca-
da do PDT.

. Denúncia ^{sobre} ~~de~~ ~~notor~~ ~~col~~ ~~lega~~ ~~os~~ ~~que~~ ~~receber~~
com a obrigatoriedade de um consumo mí-
nimo, que ~~po~~ ~~de~~ ~~u~~ ~~m~~ ~~a~~ ~~ch~~ ~~eg~~ ~~a~~ ~~r~~ ~~a~~ ~~at~~ ^{de} ~~i~~ ¹⁰ ~~v~~ ~~e~~ ~~z~~ ^o ~~c~~ ~~o~~ ~~n~~ ~~s~~ ~~u~~ ~~m ~~o
consumo real do contribuinte.~~~~

- DEPUTADO TADEU RORIZ, em nome da Bancada
do PSC.

. Repúdio às críticas do Deputado Carlos Al-
búlio ao Secretário Dr. Renato Simplicio
de Agricultura e Pecuária,

1.2.4 - COMUNICAÇÕES DE PARLAMENTARES

- DEPUTADO CARLOS ALBERTO (PCB)

. Comunicação ^{de} encaminhamento à Justiça Federal de Belém requerendo intervenção judicial contra o Exmº Sr. Secretário de Agricultura e Produção do DF, Sr. Rivaldo Simplicio Lopes.

- DEPUTADA LÚCIA CARVALHO (PT)

. Registro ^{de} manifestações, hoje, na Câmara Legislativa do DF, ^{a favor de} ~~pela~~ eleição direta para Diretores de Escolas no DF.

. Solicitação ^{para} que seja colocada em funcionamento a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania.

- DEPUTADO TADEU RORIZ (PSC)

. Apoio ao Senador Valmir Campelo, com a apresentação de projeto de lei para instalação, em Taguatinga, da Universidade Distrital.

- DEPUTADO JOSÉ ORNELLAS (PL)

. Solicitação ^{para que se} ~~Marque~~ ~~a~~ ~~marriedade~~ ~~em~~ ~~iniciando~~ trabalhos diários das sessões plenárias, priorizando melhor as ações.

- DEPUTADO DENIEL PACHECO (PST)

. Parabeniza ^o Sr. Governador do DF pela criação da Comissão de Alto Estudo, para apresentar sugestões à Lei Orgânica.

- DEPUTADO PADRE JONAS (PDT)

Comunicação de comparecimento à
 Reunião ~~sua presença~~ ^{para} posse da nova
 Diretoria da Associação Comercial e Industrial
 de Planaltina - ACIP, substituindo o Sr. Presi-
 dente da Casa.

- DEPUTADO GERALDO MAGELA (PT)

ao
 Apoio ~~em nome~~ ^{ao} Deputado Carlos
 Alberto, pela iniciativa de encaminhar pro-
 cesso à Justiça, contra o Secretário da Agricul-
 tura e Produção do DF, Renato Simplicio Lopes.

Denúncia ~~sobre~~ ^{contra} o uso de um trator da
 Fundação Zoológica, em construção de uma
 piscina em propriedade particular.

Menção à matéria publicada no Jornal
 BSB Brasil sobre curriculum encaminhado
 por mim à nobre Deputada Rose Marymi-
 janda

Apoio
 Solidária ~~sobre~~ ^{em} a categoria ~~carcerária~~ ^{do}, em
 assembleia hoje.

- DEPUTADA MANOEL ANDRADE (DIR)

Esclarecimento
 sobre a utilização da máqui-
 nas da Fundação Zoológica.

Consideração sobre o recebimento de cur-
 riculum pelos Parlamentares da Casa.

Elogio ao Sr. Governador pelo aumen-
 to de sua popularidade.

- DEPUTADO FERNANDO NAVES (PDC)

Denúncia ~~sobre~~ ^{contra} policiais presos no quartel
 da Polícia Militar, no Gama.

1.3 - ORDEM DO DIA

ITEM 1: Discussão e votação, em 2º turno, em Regime de Urgência, do Projeto de lei nº 160/91, que "Cria cargos efetivos de Pessoal do Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN, e dá outras providências".

APROVADO com 23 votos favoráveis e 1 ausência.

ITEM 2: Discussão e votação, em 1º turno, em Regime de Urgência, do Projeto de lei nº 158/91, que "Cria a Diretoria Regional de Ensino de Sarrambaia, Região Administrativa XV, da Fundação Educacional do DF, e dá outras providências".

- Parecer favorável do Relator da CCS, Deputado Peniel Pacheco. APROVADO

- Parecer favorável com Emenda Aditiva nº 01, do Relator da CEOF, Deputado Aroldo Satake. APROVADO com 24 votos favoráveis.

- Parecer favorável da Relatora da CAS, Deputada Rosemary Miranda. APROVADO com 23 votos favoráveis e 1 ausência.

1.4 - GRANDE EXPEDIENTE

1.4.1 - COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

Convocação aos Sr^s Deputados para sessão extraordinária a realizar-se às 14 horas.

1.4.2 - ENCERRAMENTO

Ata da 1ª Sessão Ordinária, em 10 de 9 de 1991.

1ª Sessão Legislativa, de 1ª Legislatura.

Presidente(s): Sr(s). Deputado(s) *Salviano Guimarães*

Secretário(s): Sr(s). Deputado(s)

As 9 horas e 40 minutos, encontravam-se presentes os Srs. Deputados:

- | | |
|------------------------------------|--|
| - Deputado Agnelo Queiroz(PC ao B) | - Deputado José Edmar(PTR) |
| - Deputado Arolde Satake(PDS) | - Deputado José Ornellas(PL) |
| - Deputado Benício Tavares(PDT) | - Deputada Lúcia carvalho(PT) |
| - Deputado Carlos Alberto(PCB) | - Deputado Manoel Andrade(PTR) |
| - Deputado Cláudio Monteiro(PDT) | - Deputada M ^a de Lourdes(PSDB) |
| - Deputado Edimar Pireneus(PDT) | - Deputado Maurílio Silva(PTR) |
| - Deputado Eurípedes Camargo(PT) | - Deputado Pedro Celso(PT) |
| - Deputado Fernando Naves (PTR) | - Deputado Peniel Pacheco(PST) |
| - Deputado Geraldo Magela(PT) | - Deputada Rose Mary Miranda(PTR) |
| - Deputado Gilson Araújo(PTR) | - Deputado Salviano Guimarães (PDT) |
| - Deputado Padre Jonas(PDT) | - Deputado Taaeu Roriz (PTR) |
| - Deputado Jorge Cauby(PL) | - Deputado Wasny de Roure(PT) |

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Havendo número regimental, está aberta a presente sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.
Nao há expediente sobre a mesa.

Passamos ao período de

Comunicação ^{tes} de Lideranças

Concedo a palavra ao nobre Deputado Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO (PST. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ~~hoje~~ cumpre-nos usar este microfone para trazer ~~aqui~~ uma mensagem que consideramos bastante oportuna, que é a mensagem da liberdade.

~~Quando estamos~~ ^{fy/} ~~onde~~ ⁹ ~~que~~ em muitos países, a abertura política está permitindo que as comunidades se expressem mais livremente, ~~abrindo~~ abrindo as portas para que haja liberdade expressão, de manifestação do pensamento e até mesmo a tão salutar liberdade religiosa. Nós, do Partido Social Trabalhista, sentimos que o Brasil ainda

Lara/Stein

9h40

10.09.91

0/9.2

precisa ampliar algumas conquistas nessa área da liberdade.

Infelizmente, alguns preconceitos, e até mesmo diria, algumas posições que ferem o preceito fundamental da liberdade humana estão presentes na mente de muitos brasileiros, talvez, por uma cultura herdada, ao longo da história, que nos levou a ter nossos direitos de liberdade muitas vezes cerceados.

Nada melhor do que hoje, ~~10~~ 10 de setembro, para proclamar ~~a~~ a importância da liberdade, ~~uma liberdade~~ que deve ser realizada com responsabilidade, porque "liberdade ~~sem~~ responsabilidade ~~é~~ ^{é sinônimo de} ~~seria~~ muito mais libertinagem.

~~Hoje é o dia em que comemoramos~~ →

S/Denise



DIA DA IMPRENSA
Dia 10 de setembro

Hoje, comemora-se o Dia da Imprensa. Não poderíamos deixar de destacar os profissionais que exercem a importante e nobre tarefa de comunicação de massa.

São eles que, com abnegação e destreza, se incumbem da indispensável tarefa de manter o público informado sobre os acontecimentos da vida diária.

São eles ~~x~~ os destemidos repórteres que, em tempo de guerra ou paz, se embrenham pelos campos de batalha ou inóspitas florestas em busca da notícia.

Cabe aqui uma palavra de elogio e de respeito aos profissionais, cujo objeto da busca é a notícia, e o objetivo principal, a verdade. Muito devemos a estes que contribuem para que, logo cedo, tenhamos em mãos os relatos dos acontecimentos locais e internacionais. Muito devemos a estes comunicadores de massa que, através da informação, tornariam menores as distâncias, fazendo com que o mundo, nos dizeres de McLuhan, o papa da comunicação, não seja mais do que uma "aldeia global", onde todos saibam de tudo o que se passa em qualquer lugar.

~~Parabéns aos nobres comunicadores de massa!~~

Aproveitamos ~~este momento~~ para parabenizar, deste microfone, os

nobres comunicadores, em todo Brasil, que lutam pela manutenção das li-

bertades; ^a que a imprensa ^{saiba} possa, cada dia mais, ~~saber~~ utilizar bem des-

se instrumento, para o interesse da população brasileira, para ~~que possa~~

~~nos~~ ^{imento e ampliação das} crescer ^{de} ampliando nossas fronteiras ^{e o surgimento de} da liberdade ^{um} Brasil

Denise-Stein

10.09.91

9h45

010.2

cada vez mais justo, ~~o~~ menos sectário ~~que~~ ^{e que,} ~~diria também,~~ até mesmo, ~~que~~ pu-
déssemos abrir mão ~~de~~ ^{de} muitos preconceitos que ainda pairam sobre a
mente de tantos brasileiros.

Era ~~essa~~ a comunicação que tinha ~~que~~ a fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães)- Com a palavra o Deputado

Padre Jonas, pelo PDT.

O SR. PADRE JONAS (PDT. Sem revisão do orador.)- Sr. Presidente,

Srs. e
✓ Srs. Deputados, diante desse fenômeno da natureza que assistimos ^e que
sobre para o céu, ~~de Brasília~~ ^{trazendo a} uma esperança de próximas chuvas, tam-
bém percebemos que há outras expectativas na mente e na sensibilidade
~~da gente desta~~
~~dessa terra~~ Brasília.

Percebemos ~~que~~ ^{que} esse fenômeno natural ~~também~~ também se re-
flete no espírito das pessoas, porque captamos, através dos sentidos, o
que acontece no mundo externo. Somos um micro-mundo de tudo que aconte-
ce, desde que percebamos conscientemente esses fenômenos.

Hoje ~~estamos de frente~~ sinto-me feliz em ver que as coisas
caminham dentro de uma dinâmica, que deve ser cada vez mais espontânea,
no entrelaçamento desses mesmos fenômenos.

No campo político, aquele que não se coloca na expectativa de ad-

02.6

Denise-Stein

10.09.91

9H45

0/10.4

mirador, de visualizador dessa realidade, ^{mas} dificilmente consegue dar
a seu pensamento uma contextura que ~~peça~~ articular e articular-se com a
realidade desses mesmos fenômenos.

Sinto, hoje, uma tranquilidade imensa, em nome do PDT, ^{pois} que, através,
não de aliança - aliança é ~~sinônimo~~ de um tragar o outro e, desse fenô-
meno, ^{de} não resultar ~~nada~~ -, mas ^{que} a negociação é própria de pessoas inte-
ligente, ^A é sinal verde para a esperança chegar a um objetivo comum em
função da comunidade.

Há necessidade, realmente, imperiosa, ^{Srs. e} Srs. Deputados, que o PDT
não só está percebendo, mas o está se apercebendo vendo ^{dentro} a realidade,
porque está inserido nesse fenômeno que sobre ~~paira~~ paira, cada vez mais, e se
forma através de nuvens alvibras de uma chuva que vai fertilizar →

S/Riva.

Riva/ Alzira

9:50

10/09

0.11.1

(Padre Jonas)

~~que vai fertilizar~~ ^o um solo político de nossa terra. Há ne-

^{Sus. e Sus.,}
cessidade, ~~senhores~~ que cada um se coloque dentro dessa dinâ-

mica, para que a; negociação, que é a dinâmica própria de seres

inteligentes, aconteça ~~e aconteça~~ cada vez mais ^labundantemente,

para que o solo árido da escassez de idéias, ^lporque o político

é exatamente aquele que ^{tem} ~~tem~~ idéias, ^{fica} ~~e que~~ não ^{fica} ~~fica~~ à mercê de

momentos esporádicos, mas dentro de uma ^{id} ~~contextura~~, cada vez

mais profunda e avassaladora, ~~e~~ possa dar respostas, em profun-

didade, ^{a fim de} ~~para que~~ ^{esse} ~~a~~ extensão, ^{nos} tenhamos a virtualidade desses

fenômenos de uma maneira integrada. Por isso, senhores, em no-

me do PDT, ^{me} ~~eu~~ me sinto a vontade ^{para} ~~de~~ dizer, ^{em nome} ~~em nome~~ dos companhei-

ros Benício Tavares, Edimar Pirlneus, ^{meu} ~~e~~ Cláudio Monteiro e em ^{no} ~~no~~

me, ^{de} ~~do pessoal~~, como ^{de} ~~confi~~der, por vontade deles, ^{para dizer, repito,} ~~de dizer~~ que nos

estamos, realmente, voltados para a negociação e aquilo que ~~nos~~

Riva/ Alzira

9:50

10/09

0.11.2

estamos fazendo na simplicidade, na alegria e na objetividade,

está sendo seguido por muita gente, ⁸ quem não entrar nesta ne-

gociação, fica para trás, ~~fica para trás~~ porque o povo, a comu-

nidade ^F espera dos líderes, dos Deputados, a negociação constante,

junto ao Governo, para dar respostas ~~asas~~ satisfatórias ^e ~~asas~~

convincentes para os problemas que afligem a nossa população.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Não havendo mais oradores inscritos para as Comunicações de Lideranças, passamos ao período destinado ao

PEQUENO EXPEDIENTE

Com a palavra o Deputado Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO (PCB. Pronuncia o seguinte discurso.)-

Sr. P.
Senhor Presidente,

Senhoras e senhores Deputados,

Sr. P.
Senhoras e senhores Deputados,

Queremos comunicar a esta Casa que ainda hoje estaremos protocolando, na Justiça do Distrito Federal, petição requerendo interpelação judicial contra o Exmo. Sr. Secretário de Governo de Agricultura e Produção do Distrito Federal, Renato Simplicio *Lopes*.

Tal medida se justifica em decorrência de declarações publicadas na imprensa local, no último dia 30 de agosto, atribuídas a *S. Exa.* ~~Sua Excelência~~ e que configuram crime *de injúria* contra a honra ~~de injúria~~ contra a nossa pessoa, nos termos tipificados pela Lei *n.º* ~~número~~ 5.250- conhecida como Lei de Imprensa- no seu artigo 22.

Sr. P.
Senhor Presidente,

Sr. P.
Senhoras e senhores Deputados,

Como já é do conhecimento de todos os parlamentares, no último dia 29 de agosto o *Sr.* ~~senhor~~ Secretário, Renato Simplicio Lopes, esteve nesta Casa, atendendo à convocação legal, para responder a indagações sobre a questão do uso e da propriedade das terras públicas rurais do Distrito Federal.

Riva/ Alzira

10/09

9:50

0.11.4

Influenciada, sobretudo , pela presença maciça de produtores que para cá vieram defender o princípio da titulação das terras rurais, a sessão transcorreu em clima de muita tensão, culminando com o estilhaçamento de vidros que separavam o plenário das galerias, através de soco desferido por um chamado produtor.

Na exercício de sua função constitucional, o parlamentar, por várias vezes, é obrigado a enfrentar situações adversas das galerias, um jogo democrático que deve ser assegurado por esta Casa, tendo em vista que a sua representatividade repousa no voto popular. Entretanto, o que alguns jornais da cidade veicularam no dia 30 de agosto não foram mais declarações acaloradas ou exaltadas no estrito significado destas expressões, mas o puro e simples xingamento, a ofensa pessoal contra este deputado, classificada pela Lei penal de nosso país como crime contra a honra de injúria.

Tal agitação a nossa dignidade e ao nosso decoro pessoal, ao tempo em que demonstram o completo despreparo do Exmo. Sr. Secretário da pasta da Agricultura e Produção para ocupar o alto e relevante cargo do qual ora é titular, exige a adoção imediata das medidas judiciais que a Constituição e o ordenamento jurídico garantem aos que têm a sua honra atingida.

S/ José Alberto,

Com esta nossa interpelação, não estamos adotando nenhuma atitude revanchista ou demagógica, com objetivos políticos e eleitorais. Queremos apenas que o ^{Sr.} senhor Renato Simplicio Lopes, ^{como} enquanto cidadão e representante direto do GDF, responda por declarações insultuosas, feitas, — ~~flpanamente~~, após o final da sessão do dia 29, e registradas pela imprensa local.

^{Sr.} Senhor Presidente,
^{Sr.} senhoras e ^{Sr.} senhores deputados,

Quando se procura atingir a dignidade de um dos membros desta Câmara é a própria dignidade da instituição parlamentar que se busca macular. Sendo assim, queremos deixar claro que não compactuaremos, nem seremos omissos com tais atitudes, sejamos nós o atingido ou não.

Conclamamos a todos os ^{deputados} deputados com assento nesta Casa a partilhar ~~deste~~ deste posicionamento de princípio em defesa das prerrogativas, da dignidade e do decoro do mandato parlamentar.

Caros colegas, V.Ex^{as} sabem perfeitamente que ao longo desses ^{sete} meses de convivência parlamentar, aqui, no planário, na tribuna, ^{tão} em reuniões, eu tenho demarcado o meu comportamento parlamentar pelo respeito, respeito principalmente pelas idéias que são diferentes das minhas, porque não se pode falar de respeito quando estamos nos referindo apenas a aqueles que concordam conosco. A democracia exige a diversidade, a democracia é exatamente o entrelaço de opiniões e acho que, particularmente, a democracia se realiza no mais pleno conteúdo quando respeitamos exatamente os direitos das minorias, os direitos dos pequenos, os direitos dos fracos.

[Então, não podemos admitir, como já aconteceu ~~precedente~~ nesta Casa, quando o Deputado Fernando Naves foi ameaçado de morte, de agressão física, ^{com} de xingamentos morais por um representante do Poder Público, nesta cidade, ^{em} esta Casa não reagiu suficientemente. Depois, vem aqui um Secretário de Governo e, através de um processo que ele mesmo organiza, que ele mesmo articula, que ele mesmo incentiva, que ele mesmo

José Alberto/Alzira

10/09

9h55'

O-12.3

faz por onde colocar lenha nessa fogueira, acaba trazendo pa-
ra o Distrito Federal uma tradição do tratamento da questão
fundiária no País, que é a violência, a agressão, e, por fim,
constatamos a presença de cidadãos armados naquele dia, não
só nas galerias, mas também circundando esta Casa. —————→

~~—————~~ Ao final desse processo, tivemos os vidros desta
Casa, o vidro deste plenário, dessa divisória quebrado, ~~e que~~

~~brado~~ por um daquele que se autodenominava produtor. [E nós,

nesta Casa, temos que fazer uma autocrítica. Não se trata de

uma questão pessoal. Nenhum ^{Dei também por} posição oficial ^{desta Casa, foi}

^{tomada} ~~de~~ evidentemente, sabemos que, se aceitarmos ^{repetição} este

^{desse fato,} ~~precedente~~, quando, particularmente, a agressão vem dos po-

derosos, porque ~~reagir contra os fracos, — contra os oprimidos,~~

no dia-a-dia verificamos isso ocorrendo pela sociedade afora,

mas, quando se trata de um representante dos produtores ru -

rais, dos latifúndios, de um dos latifundiários do Distrito

Federal, um homem que detém mais de 600 hectares de terra,

um dos grandes detentores ~~de posse de terra no Distrito~~ —————→

S/Ana Lúcia

ANA / ALICÉA 10/09 10:00 (CARLOS ALBERTO) 0 - 13/1

especialmente
~~de~~ ~~essa~~ ~~terra~~ ~~no~~ ~~Din~~ ~~tr~~ ~~to~~ ~~Federal~~ ~~rios~~ ~~Secretários~~

de Governo, representando o poder público, *isso é inconcebível. E,* esta Casa não se ma-
 nifesta, *assintuosamente* ridiculamente, no dia seguinte, ~~na~~ ainda ~~vimos~~ com-
 panheiros nossos virem *a* esta tribuna *para* justificar a atitu-
 de do Sr. Secretário!

Queremos dizer o seguinte; ou esta Casa
 aprende *com* estes momentos que estamos vivendo, que têm atenta-
 do contra a nossa credibilidade, respeitando a si mesmo, respei-
 tando a sua dignidade, respeitando a integridade de um Parla-
 mentar, se solidarizando com um Parlamentar para poder se soli-
 darizar com a própria instituição ou não receberemos o respei-
 to desta cidade, porque sempre as pessoas sabem a quem respei-
 tar. *E quem* merece respeito *é* aquele que se faz respeitar.

É exatamente com *essa* finalidade que entra-
 mos com ~~esse~~ processo contra o Sr. Secretario de Agricultura,
 Dr. Renato Simplício que não honra o mandato que ~~ele~~ tem, como
 titular de um cargo público, não honra ~~aqui~~ *que* *(devemos mais)*
 preservar no comportamento público. *P*orque o mandato de um Par-
 lamentar em cargo público deve estar a serviço da sociedade,

não pode estar a serviço de interesses pessoais. E sempre que

tivermos a nossa credibilidade colocada em dúvida por esta so-

ciedade, a sociedade ^{tem} dúvida ^{esses deputados} estará pensando ^{que não está}

^{ai} ~~estamos defendendo~~ os interesses ^{ta,} dela e, ^{faí} sim, defendendo os

^{seus} ~~seus~~ próprios interesses. Sempre que ~~discutirmos~~ ["] ou virmos

uma situação como ~~essa~~ ^{também} estaremos diante de uma realidade ^{como}

esta* a sociedade não acreditando que estamos defendendo seus

interesses. Passemos a nos respeitar, impedindo que tais situa-

ções se reproduzam. ^{Porque} se não assumirmos posições firmes e

claras, isso irá se ^{reproduzir} e não seremos dignos do ^{nosso} nome ^{que}

^{temos} ~~temos~~ ^{como} o mandato que temos ^{de} Parlamentares, os primeiros

que exercem um mandato na Câmara Legislativa da nossa cidade.

Muito obrigado, caros colegas.

ANA / ALIGÉA 10/09 10:00

0 - 13/3

A SRA. LÚCIA CARVALHO - Estando ainda no ~~Ho~~
rário de Liderança, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - O
Horário de Liderança já foi encerrado, mas a líder pode pedir ^{a palavra}
a Mesa pode conceder, mas não é mais o Horário de Liderança.

O Deputado Carlos Alberto falou porque ~~era~~
^{estava}
~~orador~~ inscrito no Pequeno Expediente.

Com a palavra a Deputada Lúcia Carvalho.

A SRA. LÚCIA CARVALHO (PT. Sem revisão da
oradora.) - Sr. Presidente, ^{has. e} Srs. Deputados: Hoje à tarde, às
14h, ~~14:00 hs~~, os professores fazem uma manifestação, aqui na Casa, ^{ela}
~~de~~ eleição direta ^{dos} para Diretores, Procurarão os Deputados e
gostaríamos que, aqueles que ^{também} fazem ^a defesa desse direito, ^{se} dirigam
~~se~~ ao carro de som que estará localizado na parte externa da
Câmara.

Gostaria ^{ainda} de saudar os moradores do Bairro
Nossa Senhora de Fátima e dizer-lhes que o Partido dos Traba-
lhadores, não só defende o projeto apresentado pelo Deputado
Salviano Guimarães, ~~e como~~ ^{com} o mesmo teor, o Deputado Agnelo Queiroz,

assim como votará ^{rela} na urgência para que esse projeto de fixação seja ^{vo} mais rápido ^{mente} possível votado por esta Casa.

Finalmente, pediria um esclarecimento ^V da Me
sa, ^{com} relação à exoneração ^{publicada} que ~~seja~~ ~~então~~ no Diário Oficial,
dia 09, de setembro, de Marinalva Coelho Matos, da 3ª-Secretaria, ~~que~~
que foi nomeada no mesmo ofício para a Comissão de Defesa dos
Direitos Humanos.

~~ftpmrn-ito~~ para dizer que ^T temos lutado, insis-
tentemente, para que esta Comissão seja montada ² ^U já temos os no-
mes dos companheiros do PT. ^A Esta Comissão está em processo de
apresentação da resolução do parecer que foi encaminhado ao De-
putado Benício Tavares para que possamos monta-la. ^S No entanto,
já estão sendo nomeados funcionários para a Comissão. Gostaria
que ^a ~~de~~ ~~a~~ Comissão fosse apressada e depois, ^{solicitaria} ~~gostaria~~ de um es-
clarecimento ^A sobre esta funcionária que foi exonerada ^a da 3ª Se-
cretaria e nomeada. ^{para a referida Comissão, para saber se} Se foi ~~um~~ equívoco, se é ~~uma~~ realidade ou
o que ^{está} ~~esta~~ acontecendo. Aproveito para ^{insistir} ~~dizer~~ que queremos a Co-
missão de Direitos Humanos funcionando, na medida que ^{já há} ~~há~~ a
nomeação ^{de} ~~dos~~ funcionários.

ANA / ALICÉA 10/09 10:00

0 - 13/5

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com
a palavra o Deputado Tadeu Roriz.

~~O SR. TADEU RORIZ (PSC. Sem revisão do ora~~

~~dor.) ...~~



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA

O SR TADEU RORIZ (PSC. Pronuncia o seguinte discurso)

PRONUNCIAMENTO FEITO PELO
DEPUTADO TADEU RORIZ, NA
SESSÃO DO DIA 10.09.91.

Sr.
Senhor Presidente, Sr. e Sr.

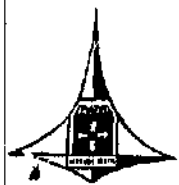
~~Senhores~~ Deputados;

Cumpro um dever de consciência para com Brasília, e um compromisso assumido com um amigo, o Senador Valmir Campelo, ao apresentar, hoje, neste Plenário, projeto de lei que autoriza o Governo do Distrito Federal, a instituir, em Taguatinga, a Universidade Distrital.

Um dever de consciência para com Brasília, porque sei que esta é uma antiga reivindicação da comunidade do Distrito Federal. No momento em que se levanta a possibilidade de se acabar com a Universidade gratuita, reafirmo minha posição de que o ensino, assim como a saúde, e outras necessidades básicas do ser humano, são responsabilidade do Estado.

Assim, a Universidade Distrital será gratuita. Deverá oferecer, oportunamente, cursos noturnos, que permitam o acesso ao ensino superior a todos os cidadãos desejosos de aprender, e que têm que se dedicar, durante o dia, ao trabalho que lhes dá o sustento.

A Universidade Distrital terá por objetivo a realização e o desenvolvimento da educação de nível superior, em todos os campos do saber e campos profissionais, em especial nas áreas relacionadas à agricultura, pecuária, geologia, indústria, gemologia, informática, e demais serviços compatíveis com as necessidades do Distrito Federal e sua Região Geoeconômica, atendido o princípio da indisso-



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA

ciabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. /

Previmos, /na elaboração do projeto, a instalação de campi avançados, /inicialmente, no Gama e em Sobradinho, /de modo a levar o ensino superior e todos os benefícios que o acompanham, /a essas regiões administrativas. / O Conselho Diretor da Universidade Distrital indicará, posteriormente, /depois de um levantamento acurado, /as regiões administrativas mais adequadas, /para a instalação de outros campi avançados. /Criaremos, assim, junto aos pólos industriais, /pólos educacionais.

Disse que cumprio um compromisso assumido com o Senador Valmir Campelo /porque ele é o autor de projeto semelhante, /apresentado à Comissão do Distrito Federal, no Senado, em 1989, /quando era ainda Deputado Federal. /Defensor, como eu, dos interesses da comunidade brasiliense, /e conhecendo meu posicionamento nesse sentido, / Valmir Campeio, numa atitude que considero desprendida e altruísta, /conv^ui dou-me a apresentar, /agora que Brasília já dispõe de sua Câmara Legislativa, /projeto de igual teor, para assegurar que nossas satélites tenham acesso ao ensino superior e gratuito. / Espero, /com esta colaboração, /contribuir para a realização de um sonho comum. /

Muito obrigado. /

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra o Deputado José Ornellas.

O SR. JOSE ORNELLAS S/IVT

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Sem revisão do orador.)

O SR. JOSÉ ORNELLAS (PL. ~~Pronuncia e seguinte discurso~~)
Brasília, 09 de setembro de 1991

Sr. Presidente,

Srs. Deputados:

Non arricar-me a ser repetitivo, mas julgo indispensável voltar ao assunto do funcionamento desta Casa.

Em seis de junho último, fiz um pronunciamento nesta Casa, no qual mostrava os equívocos que cometemos ao iniciarmos nossas atividades, quando não soubemos priorizar as ações para que pudéssemos cumprir nossos objetivos maiores.

Perdemos tempo com questiúnculas sem maior importância, com pronunciamentos infrutíferos e com projetos de lei autorizativos; prolongamos, por vezes, nossas discussões além do razoável, ao invés de colocarmos toda ^{essa} nossa inteligência e energia na estruturação definitiva da Casa, aqui incluída a realização do concurso público, a elaboração, a curto prazo, do Regimento Interno, e a discussão e elaboração de proposições que, embora provisórias, permitissem algum controle do Executivo pelo Legislativo, como, por exemplo, o Plano Diretor e a montagem de um sistema de fiscalização do Governo,

Ademais, nos omitimos, especialmente, na preparação antecipada de um esquema eficiente para a elaboração da Lei Orgânica, meta maior desta nossa primeira Legislatura.

Mas tudo isso pertence ao passado; urge, agora, a implementação de medidas corajosas para que possamos recuperar o tempo perdido e isso, certamente, não será possível com a atual conjuntura desta Casa.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Circunstâncias as mais variadas, de origens ^{as} diversificadas e ~~de~~ diferentes intensidades, concorreram progressivamente para a quebra da necessária harmonia que deve existir entre nós.

Posições ideológicas distintas, ainda que antagônicas, não devem se constituir em motivo desagregador de nossa união, principalmente diante da nobre missão que nos cabe, como legítimos representantes do povo do Distrito Federal, perante a honrosa e também árdua responsabilidade que o mandato parlamentar nos confere.

Questões menores, resultantes de interesses político-partidários, não poderão, de modo algum, sobrepor-se a assuntos de real importância para a coletividade que representamos.

Por outro lado, ressalvadas as naturais divergências parlamentares, a defesa intransigente de posições meramente pessoais, aliada à ausência da indispensável grandeza de espírito em reconhecer os próprios equívocos, nos tem conduzido, frequentemente, a situações onde impera um nocivo radicalismo.

Não podemos ~~///~~ e não devemos ~~///~~ nos esquecer dos elementares princípios que regem o relacionamento entre as pessoas, desde as simples regras de boa educação às mais complexas e subjetivas normas que delimitam a ética parlamentar.

Preocupa-me o clima hostil que tem caracterizado a realização das recentes sessões plenárias na nossa Câmara Legislativa.

Além disso, em razão da posição de destaque que ocupamos, nossos atos adquirem, independentemente de nossa vontade, uma repercussão enorme, na qual, muitas vezes, até mesmo de forma jocosa, são explorados aspectos insignificantes, causando grande prejuízo à imagem externa desta Casa e projetando-se também, não tenhamos dúvida, sobre nós, sem distinção de agremiações partidárias.



É necessário um esforço conjunto, de todos, sem preconceitos, sem ressentimentos, sem prejulgamentos, com espíritos desarmados, no sentido de resgatar o clima de respeito mútuo, de equilíbrio, de serenidade e de moderação que deve dirigir nossa convivência diária, e também de recuperar a desconfortável e incômoda situação deste Legislativo, projetado perante a opinião pública de forma negativa. Essa responsabilidade pertence a todos nós.

Apelo para que preservemos um clima de harmonia, compreensão e tranquilidade, absolutamente necessário ao desenvolvimento do nosso relevante trabalho.

Inspirados nos mais elevados ideais democráticos, renovemos nossa determinação em continuar honrando o sagrado compromisso que publicamente assumimos, no momento em que fomos empossados Reputados Distritais.

E por fim, revigoremos nossa crença de que apenas juntos e solidários, na honrosa tarefa de servir ao povo do Distrito Federal, e com elevado espírito público, conseguiremos formular uma Lei Orgânica que atenda aos anseios da comunidade que nos elegeu e que em nós deposita suas esperanças.

Muito obrigado!

~~Deputado JOSÉ ORNELLAS~~

Ivi/Lizeth

10.09

10h10min

nº 15.4

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) •• Com a pa-

lavra o Deputado Peniel Pacheco,

~~O SR. PENIEL PACHECO (PST: Sem revisão do orador)~~

S/Aya

O SR, PENIEL PACHECO (PST, Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ~~no dia de ontem~~
~~na parte~~ da tarde, o Governo do Distrito Federal instalou a chamada Comissão de ^PAutos Estudos, para apresentar sugestões à Lei Orgânica do Distrito Federal.

Ao assumir esta tribuna, cumpre-me parabenizá-la ¹⁻¹⁰

pela iniciativa de buscar nomes tão representativos dos vários segmentos políticos e dos vários segmentos da comunidade do Distrito Federal, para representar aquela Comissão.

~~De fato, sr. Presidente, creio que~~ [C] com essa atitude, o Executivo deu um passo à frente da Câmara Legislativa do Distrito Federal; conseguiu ser mais eficiente, mais objetivo e conseguiu demonstrar que a Lei Orgânica precisa/ necessariamente,

^{elaborada}
de ser ~~realizada~~ a partir daquilo que os vários segmentos da sociedade

Aya/Lizete

10/09

10:15

0/16/2

dade tiverem ~~para encaminhar~~ e apresentar.

~~suponar os membros~~
Ao ~~fazer a posse~~ da Comissão, o Governador in-

formou que a ~~Comissão~~ ^{ela} não tem características políticas ou partida-
rias, e ~~a~~ a idéia seria ~~de~~ colaborar com a cidade, ouvindo os an-
seios da comunidade e desenvolvendo estudos ~~para preservar~~ ^{em prol} do futu-
ro de Brasília.

~~Soubemos, através da~~
~~temos, hoje, pela imprensa, as informações de~~
que esta Comissão, ~~de~~ notáveis de Brasília, ~~estaria~~ ^{está} visitando a
Câmara Legislativa ainda hoje.

Qual a lição que podemos ~~tirar~~ ^{ter}, Sr. Presidente,
~~de~~ ^{de} ~~gestos~~
(at' certo ponto inusitado, do Governo do Distrito Federal? A grande

lição que podemos ~~tirar~~ ^{ver} é que, de alguma ~~mancira~~ ^{mancira} a Câmara Legisla-

tiva ~~está se~~ ^{se} mostrando desarticulada, e até certo ponto incapaz

de solucionar ~~os~~ seus problemas internos, ~~os~~ ^{os} ~~resol~~ ^{resol} ~~ver~~ ^{ver} ~~os~~ suas ques-

Aya/Lizete

10/09

10:15

0/16/3

tões: ~~que~~ ^{das} considerações de menor relevância, e) ^(nós, deputados, ficamos) ~~ficamos~~ presos a

a tais assuntos, impedidos de realizar
~~as questões que estão apreendendo-nos excessivamente a trabalhar~~

~~internamente~~ e privando nos de fazer um trabalho mais amplo, mais

abrangente, que seria de ~~nos~~ ^{no} esperar, ^{com} ~~neste~~ ^{começa-} momento, que ~~não~~ ^{começa-} inicia-

mos ~~a~~ elaborar a Lei Orgânica.

Tenho ~~uma~~ pequena preocupação, que gostaria de

deixar destacada*, nesta breve intervenção que ^{fago} ~~fazemos~~ ^{no} ~~neste~~ Plená-

rio* Os nomes indicados para a Comissão, não tenho dúvidas, são ~~os~~

~~os~~ respeitáveis, de experiência parlamentar, ~~Entretanto,~~ ~~minha~~

preocupação é que, ^{em virtude da} ~~devido a~~ própria estrutura natural

do Poder Executivo, com oportunidade maior de articulação junto à

imprensa, ~~o~~ aos meios de comunicação, as sugestões desta Comissão

passem a ter ~~o~~ peso muito maior do que as próprias deliberações

do Plenário desta Casa. Porque haverá toda uma estrutura, creio,

Aya/Lizete

10/09

10:15

0/16/4

para respaldar o trabalho desta Comissão. ^{1º} ~~isto~~ poderia, até mesmo, comprometer, de alguma ^{maneira,} ~~maneira,~~ a liberdade que a Câmara Legislativa precisa ter para elaborar a Lei Orgânica, sem pressões ou sem nenhum tipo de coação. [Trago essa preocupação, Sr. Presidente, não com intuito de tentar esvaziar a Comissão, ao contrário, quero até que ~~ela~~ faça um bom trabalho, ~~que~~ apresente boas sugestões, mas ~~que~~ não aceitemos ^{seja ele} ~~de nenhuma maneira~~ que esse trabalho c^o final, ~~seja~~ ^{não prejudique} ~~de~~ ^{nossa} ~~terminativo~~ ^{que} ~~possamos~~ ^{ter} capacidade de negociar entre nós, ~~de~~ avaliar ~~em~~, ^{na} Casa, aquilo que a população espera.

~~Creio~~ ^{que} Os Srs. Deputados, mais do que nunca,

precisam atender a este apelo ~~que fazemos~~; ~~Vamos~~ ^{nos} organizar! Não somos notáveis, mas ~~somos aqueles~~ ^{através} ~~que conquistamos os votos~~ ^{pelos}

das urnas e temos a responsabilidade de fazer a Lei Orgânica. Conclamo

Aya/Lizete

10/09

10:15

0/16/5

~~mas~~ os nobres ^{af}ares ~~que~~ ^{ax} ~~que~~ possamos, juntos, resolvermos, o mais breve possível, ~~todas~~ as nossas questões internas, ~~todos~~ os nossos problemas, ^{nos} que estão, de alguma maneira, táSs* desgastando desnecessariamente, ^e ~~para~~ ^{que} possamos levantar a cabeça e dizer ~~para~~ ^X a população do Distrito Federal que ~~os~~ vamos ouvir as sugestões / e ~~vamos~~ tomar as decisões que julgarmos ~~as~~ mais acertadas para o bem ^{de todos} do nosso Distrito Federal, e ~~para~~ ^{que} a Lei Orgânica ~~tenha~~ contemple ~~os~~ os legítimos anseios da nossa comunidade.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

~~O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - ...~~

S/ Lúcia

LÚCIA/ARNAUD 10:20 10/9/91 Padre Jonas

0 - 17/2

Na conceituação geral, patrimônio é um conjunto de bens materiais, espirituais ou morais, adquiridos pelo homem ou pela comunidade onde atua, durante sua vida, moldado na vivência acumulada com o tempo, constituindo-se como o eixo de referência para qualquer empreendimento a ser planejado ou de base estrutural para os próximos dirigentes do futuro.

Por sua vez, "patrimônio humano" é o conjunto de patrimônios dos homens que compõe uma organização, um estado ou uma sociedade, sem o qual não subsistirá uma nação, porque a fortaleza de um povo está alicerçada na herança deixada pelos seus antecedentes, para que possa mantê-la e melhorá-la dentro dos padrões exigidos pela época vivida, pois na referência histórica cívica está o caminho certo a ser seguido pelos homens de boa vontade.

Assim, não se preocupar com os conhecimentos acumulados pelos ensinamentos do cotidiano, a desorganização é certa e o descontrole é o caminho que surgirá, não procurar o armazenamento dos principais acontecimentos, sejam eles bons, sejam ou maus, e manter a instabilidade como meta, não valorizar o potencial humano que o cerca, é buscar o desânimo do meio e promover a discordia entre os seus próprios irmãos, deixar o desenvolvimento ao léu da sorte e não incentivá-lo, é fazer

✓

LÚCIA/ARNAUD 10:20 10/9/91 Padre Jonas 0 - 17/3

da vida comunitária um oceano de lamentações dilacerantes; bus-
car acervos técnicos dos outros, ignorando, de propósito, os
seus, é um desleixo imperdoável e inesquecível; captar recur-
sos externos, não procurando desenvolver os seus, é incompetên-
cia pura.

De outro lado, lançar mão dos recursos próprios
e desenvolvê-los, é atividade daqueles que não esperam pelos
outros; aprimorar a atuação humana e valorizá-la continuamente,
é o desempenho do verdadeiro líder comunitário; reconhecer os
valores humanos ^{de} que dispõe, é o princípio empregado pelo sábio;
não abandonar as metas daqueles que os seguem, é a essência
dos homens que enxergam a Deus; lutar pela boa assistência ao
"patrimônio humano", é o conteúdo do processo evolutivo de
qualquer povo que se diz civilizado e de boa índole.

Todavia, não podemos deixar de lado os princí-
pios da cultura originária, sem os quais o cidadão comum, prin-
cipalmente, não encontrará ambiente para se manter e muito me-
nos para aceitar as diretrizes que lhes são colocadas, pois
não conseguira entender que da valorização, da manutenção e
dos cuidados dispensados ao seu próprio patrimônio, como forma
de perpetuá-lo no meio ^{em} que vive, dependerão sempre a continui-
dade e a garantia do futuro de seus descendentes, promovendo,
quase sempre, desabafos com conseqüências desagradáveis.

^{frase e}
^{Srs.}
~~Deputados~~ Deputados, nosso objeti-
vo com este pronunciamento, é servir de alerta à nossa Lei Or-
gânica, que se encontra em fase de elaboração avançada em
nossos gabinetes, em cujo teor central, o "patrimônio humano"

~~de nossos vizinhos brasileiros~~

(SEGUE HERMIONE)

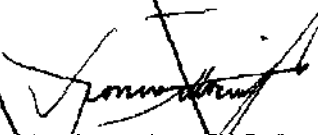
de nossos irmãos brasilienses.. construído nestes trinta e um ~~anos~~ ^{desta Capital,} anos de existência, receba um enfoque requintado, fazendo com que cada pessoa componente dessa sociedade em operação constante, sinta a importância de seu trabalho junto à nossa Casa, tornando a esperança da maioria absoluta uma realidade.

Além disso, embora reconhecendo a impossibilidade antecipada, o ideal seria que cada comunidade que compõe nossa monumental Brasília, encontrasse em nossa Lei Orgânica um pouco de seu "patrimônio humano", fazendo de nossa "Lei Maior", herança natural da humanidade.

Ao encerrar, fechando o ciclo natural dos fatos aqui expostos, não poderíamos esquecer da célebre frase do humanista holandês Erasmus de Rotterdam: "enquanto o patrimônio material, espiritual e moral de um povo, não estiver equilibrado na balança da dignidade, jamais este povo conhecerá a paz e a tranquilidade".

Muito Obrigado.

Sala das Sessões, de agosto de 1991.


Deputado PADRE JONAS
Líder do PDT

Hermione/Arnaud

10/9

10:25

018/2

Am

Sr. Presidente, se me permite, no último instante que me resta, ~~eu~~ ^{queria} ressaltar uma frase muito infeliz que li estes dias no jornal, de um pensador que diz o seguinte:

"^A ~~Quem~~ Câmara Legislativa é tão insignificante, que não convém pensar em fechá-la".

Se é tão insignificante, por que tanta gente está preocupada com ~~essa~~ ^a Câmara Legislativa. Se ela é tão insignificante, que nem compensa pensar em fechá-la, por que ~~tão~~ ^{dá} tanta abertura, para que as pessoas se preocupam cada vez mais, ~~para~~ ^{em} enriquecer ~~a~~ ^{essa} Lei Orgânica. ~~Muitos~~ ^{com este} pensadores nós dispensamos. ~~Muito~~ ^{importante} ~~valor~~

Hermione/Arnaud

10/9

10:25

018/3

Ar

O SR, PRESIDENTE (Salviano Guimarães)- Com a pala-
vra o *A* Deputado *G* Geraldo Magela.

O SR. GERALDO MAGELA (PT, Sem revisão do orador,)- Sr.
Srs. e Presidente, *Srs.* Deputados, *tãgjp* quero abordar alguns assuntos.

O primeiro deles é prestar a minha irrestrita solidariedade ao

nosso nobre colega Deputado Carlos Alberto, pelo processo *a* *S. Exa.* ~~que~~

deu entrada ~~na~~ Justiça contra o Secretário da Agricultura e Produção, Dr.

Renato Simplicio. E a *minha* ~~vossa~~ solidariedade, que já *le* *hipotecuei* ~~apresentancei~~ em

outros momentos, pela forma *como* *S. Exa.* ~~com que o Deputado~~ foi tratado aqui, e

na ~~através da~~ imprensa, quando questionou a postura do *Dr.* ~~Secretário~~

Quero, Sr. Presidente, aproveitar a oportunidade para
fazer uma denúncia, inclusive aos Deputados que apoiam o Governo,
porque, na minha avaliação, esse *S* ~~senhor~~ ~~Secretário~~ não deveria in-
tegrar *um* Governo sério.

Hermione/Arnaud

10/9

10:25

018/4

Am

Os jornais deste final de semana trazem ^a ~~uma~~ notícia de que uma máquina, um trator da Fundação Zoobotânica estava trabalhando para fazer uma piscina em um lote no Lago. ^E que, ^{O fato,} tão logo os jornais denunciaram ^o trator foi retirado e o buraco da piscina ficou ^{usando}, inclusive, os termos do jornal e da Fundação Zoobotânica.

Este ^f ~~f~~ienhor ~~que~~ já demonstrou estar exercendo o cargo única e exclusivamente em benefício próprio. ^{Em} ~~A~~ nossa avaliação, ele não deveria integrar um Governo sério. ^{ele} ~~Portanto, se~~ ~~mancha~~ fica no Governo é uma decisão do Sr. Governador, naturalmente, ^{a imagem do} ~~Mas~~ ~~o~~ ~~seu~~ ~~nome~~ vai continuar manchando ~~o~~ Governo, porque não tem condições morais ~~para~~ ^{para} exercer o cargo.

S/Lara

Lara/Edson

10.09.91

10h30

CL-37
0/19.1

(Geraldo Magela)

~~questões morais para exercer o cargo.~~

~~Uma~~ Outra questão, que gostaria de abordar é ~~que~~ O jo-
nal B&B Brasil traz hoje, pela segunda r^oez, uma citação, dizendo que
~~em~~ determinado Deputado chamou a imprensa para apresentar ~~os~~ currí-
culos que eu teria enviado à nobre Deputada Rose Mary Miranda, ~~que~~
Relatora de uma das Comissões.

~~Quero esclarecer duas coisas:~~ A nossa postura nesta Casa
tem sido de absoluta transparência e ~~quero dizer que~~ não só a Deputa-
da Rose Mary Miranda, ~~recebeu nossos currículos como todos os outros~~
Deputados, excluindo o Presidente Salviano Guimarães, ~~que estão em~~
cargo de Presidência ou Relatores das Comissões ^{esses currículos.} receberam ~~o~~ nobre
Deputado Carlos Alberto ^{recebeu}; 05 nobre3 Deputados Tadeu Roriz ~~rece-~~
~~beu, e nobre Deputado Aroldo Satake recebe,~~ ^{também} São os mesmos currícu-
los. ^{Com qual} ~~Agora, qual~~ finalidade? ^{De} ~~para~~ dar transparência a esta Casa,
e nenhum dos currículos, ^{por mim enviados} tem pedido de emprego. Quero que algum De-
putado venha aqui dizer que pedi emprego. O nobre Deputado Tadeu

~~Quero~~ dizer ~~aqui~~ que vou enviar mais currículos que ^{me} ~~res-~~
tão chegando, para dar transparência, ~~Sr. Presidente~~, para evitar
que apenas os apadrinhados sejam contratados, porque é isso que, pa-
rece, ~~que~~ vem acontecendo. Quero saber ^{sobre} dos currículos que já remeti
a todos os Deputados que são ^{Relatores} ~~da~~ ^{fe} ~~residência~~ ^{- Ter de comiss.} ~~qual~~ ^r as res-
postas que ~~elas~~ têm ^{qual} foi o método de seleção? É isso que quero
ver, transparência, e que os Deputados não usem isso para tentar ~~res~~
colocara ^{- mas} vala comum daqueles que têm o costume de fazer as coisas
na calada da noite, ~~ou~~ ^{em} sorrateiramente, de forma a não ser ^{em} transparen-
te. É ^{tu} ~~tu~~ ^{me} estranho ~~que~~ aquele Deputado que reuniu a imprensa pa-
ra mostrar que eu tinha enviado currículo não tenha dito que ele tam-
bém pode enviar currículos, porque, se é de livre contratação, todos
os 24 Deputados ^{podem} ~~têm~~ ^{vão} receber currículos de quem ^{tiver} ~~tiver~~ ^{os} entre-
gar e têm ^{que} ~~que~~ mandar a quem tiver que analisar, e a análise tem ^{que} ~~que~~
ser transparente, ~~tem~~ ^{que} ~~ser~~ para que todos saibamos o que vai acon-
tecer.

~~Quero~~ ^{Reiterar} ~~agora~~ ^{agora} Sr. Presidente, ^{Srs.} ~~Srs.~~ Deputados,
~~que~~ ^{quando} ~~os~~ currículos chegarem ao meu gabinete, ^{estarei} ~~estarei~~ remetendo

5

Lara/Edson

10,09.91

10h30

0/39.4

do aos Srs. Deputados e não apenas para um, e sim para todos que es-
tão ocupando o cargo ^{Presidente de Comissão} e quero resposta porque quero saber como
as pessoas vão ser contratadas, ~~Portanto, naturalmente...~~

S/Denise

es

Edson
Denise-Arinar

10.09.91

10h35

(G. Magela)

020.1

Portanto, ~~naturalmente gostaria de~~ deixar esclarecido aqui, para que não pairasse dúvida.

Por flúnu para encerrar, Sr. Presidente, deixo ~~meu~~ ^{minha} solidariedade a categoria bancária, que faz uma assembléia hoje e, ^{a partir de} provavelmente, amanhã, estará em greve.

Na quinta-feira, ~~obres para~~ ^{farei um pronunciamento} no ~~período do~~ Grande Expediente, ~~pronunciando-me, e naturalmente pedindo~~ ^{para o qual peço} a atenção das ~~Senho-~~ ^{Srs.} ~~ras e~~ ^{Deputados,} sobre a atual situação da Câmara Legislativa do Distrito Federal. ~~MO fea] pecto interno e externo, já que o Grande Expediente~~ ^{Farei o pronunciamento no} ~~procede~~
~~Um momento de pronunciamento a parte, -- farei esse pronunciamento para~~
~~que possa haver aparte, polêmica, debates. Tocarei em alguns pontos que~~ ^{Tratarei de}
~~ainda não estão sendo~~ ^{fram} ~~tocados devidamente, aqui,~~ inclusive com citações e responsabilizações. Portanto, na quinta-feira farei ~~esse~~ pronunciamento no Grande Expediente e gostaria ~~de~~ ^{contar com a} participação de todos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

↓

Edson
Denise-Arimar

10.09.91

10h35

0/20.3

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra a Deputada

Rose Mary Miranda, por ter sido citada.

A SRA. ROSE MARY MIRANDA (PTR. Sem revisão da oradora.) - Sr. Pre-

sidente, ~~Srs. Deputados, Sr. Deputado~~ que aqui esteve, não vejo proble-

~~ma nenhum~~ ^{que o Deputado que acaba de ocupar a tribuna} ~~em o senhor ter mandado currículos para mim, para a Deputada~~ ^{há como}

Maria de Lourdes, ^{Aladina!} ~~para o~~ Deputado Peniel Pacheco, ~~para o~~ Deputado Bení-

cio Tavares, ~~para o~~ Deputado Gilson Araújo, não vejo problema nenhum,

~~a~~ A única objeção ~~que temos~~ ^{tem-se} é que seu partido ^{adã} manifestou-se cons-

tantemente ^{co^dT-^} inclusive através da imprensa, contrário às contrata-

ções. Isso ^{que é} é uma incoerência.

Os currículos que S. Exa. encaminhou, os currículos dos seus a-

filhados, ao meu gabinete ^{enviando} ~~encaminhando~~ à Comissão de Sistematização,

porque não tenho a competência de contratar ninguém. Inclusive estou

^{comunicando} ~~fazendo um cartão para encaminhar~~ ao seu gabinete, Deputado, ~~comunican-~~

~~do~~ que os currículos dos seus afilhados estão indo para a Comissão de

et

Denise-Arimar

10.09.91

10h35

0/20.13

Sistematização para serem ^{ali} analisados. [A resposta está dada.

~~Agora~~ Não vejo problema nenhum. Todos [?] Parlamentares têm direito
I

de apresentar currículos, porque a carga que chega aos nossos gabinetes
é muito grande. O único problema é esse: o ^{V de S. Exa.} ~~seu~~ partido tem se manifesta-
do contrário às contratações.

Obrigado.



Denise-Arimar

10.09.91

10h35

0/20.4

O SR, PRESIDENTE (Salviano Guimarães) /- Com a palavra o Deputado Wasny de Roure, para questão de ordem.

O SR. WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador. ^{Sr. Presidente,} Ontem, antes do encerramento da sessão, ficou ^{assentado} deliberado que a vinda do Sr. Haroldo Meira seria ^{transferida} prorrogada para data oportuna. Entretanto, mostra-se difí-

cil realizar tal transferência, em função da ^{comparcimento de grande} vinda de algumas pessoas ^{numero de pessoas} ^{for convocados} que já estavam ^{marcadas} marcadas para ^{nessa} esse horário, hoje às 16 horas. In-

felizmente, estou impossibilitado de atender a solicitação do nobre Deputado Cláudio Monteiro, ^{Assim} portanto, entendo que a ^{audiência} sessão com o Sr.

Haroldo Meira deverá permanecer ~~para~~ hoje às 16 horas. Para ~~isso e~~ ^{e solicito a} todos Deputados ~~para que~~ estejam presentes.

Obrigado

O SR. PRESIDENTE (Salviano *Guimarães*) - Com a palavra o Deputado Gilson Araújo, para comunicação de liderança.

O SR. GILSON ARAÚJO (PTR. Sem revisão do orador.) - *Sr. Presidente,* ~~Va~~ ~~provetta a~~
~~oportunidade para~~ lamentar a continuidade da metodologia que estamos utilizando nesta Casa, em relação às questões que temos de enfrentar como a elaboração da Lei Orgânica. ~~Acredito que~~ *E* estamos circulando sem sair do lugar. ~~Estamos~~ *Diariamente*, semana após semana, dia após dia, ~~deixamos de tratar~~ *cujos assuntos* sem atacar as questões para *as* ~~quais fomos eleitos~~ *como a de* ~~que seria cuidar~~
~~dos problemas~~ *dos* ~~questões básicas~~ do povo do Distrito Federal. ~~Estamos aqui~~.

S/RiVA

Riva/ Arimar

10:40

10/09

0.21.1

(Gilson Araújo)

~~Nós~~ Estamos aqui como crianças, se zangando, jogando a bola de um lado para o outro, sem chegar a lugar nenhum.

Eu vou fazer ~~uma~~ referência ~~em relação~~ ao nobre Deputado Carlos

Alberto; ~~o~~ lamento ~~o~~ episódio ~~o~~ ocorrido ~~o~~ nesta Casa entre o

Secretário de Agricultura e o nobre Deputado. Espero que ~~seja~~^{se}

encontre ~~de~~ a solução mais adequada para ~~esse episódio,~~

~~temos~~ uma vez que ~~temos~~ ^{tenho} admiração e respeito pelo no-

bre Deputado Carlos Alberto,

~~o Sr. Renato Simplicio, Sr. Renato Simplicio,~~ Sr. Renato Simplicio, ~~Sr. Renato Simplicio,~~

Gamento que S. Ex.^{se} tenha envolvido

seu currículo de homem público, dos mais respeitáveis do País,

e também por ~~ter~~^{sua} tradição ~~de~~^{em} ter trabalhado na área de ex-

tensão, ^Mum agrônomo ^{que} já foi Secretário de Agricultura de Mi-

nas Gerais, _____

homem humilde, ^e ~~é um homem~~ simples, ~~um homem~~ ~~um homem~~ ~~um homem~~ ~~um homem~~

Riva/ Arimar

10:40

10/09

0.21.2.

~~... e ...~~ são

duas pessoas que ~~///~~ respeito muito, ~~... o Deputado Carlos ...~~

~~... como o ...~~ aqui

ocorridos não retratam, exatamente, o bom relacionamento ~~...~~

~~... entre~~ entre o Legislativo e o Executivo. Eu apenas

o ocorrido,
lamento porque são dois homens públicos com bons currículos, ~~...~~

~~Deputado Carlos Alberto e o Renato Simplicio~~ Esse episódio*

encerrado, e não chegar a esse ponto.
deveria» ser ~~... de forma que não sendo colocado~~

~~... mas por outros métodos.~~ da contratação dizer Em relação à questão
dos funcionários, eu queria ~~... fazer uma ressalva~~ ao Deputado

Geraldo Magela ~~///~~ que ~~... já~~ recebi, com grande prazer, os currículos

1. Ex-2
que ~~... envi~~ a nossa Comissão. ~~... da~~ Comissão da Terra,

1. Ex-2
já ~~... com~~ os seus trabalhos indo para a segunda fase.

~~... já~~ realizou em mais de trinta encontros, ~~... e ...~~

A Comissão da Terra, ~~... se~~ se for necessário, ~~... para~~

Riva/ Arimar

10:40

10/09

0.21.3

~~selecionar~~ especialistas em assuntos fundiários e política agrícola, ~~nós da Comissão, os cinco, iremos deliberar coletivamente, analisando os currículos, uma vez que o Deputado Aroldo Satake é o Relator, o Eurípedes Camargo, que faz parte da Comissão, José Edmar e Tadeu Roriz, se nós tivermos que trazer alguém para a Comissão, ~~os~~ vamos trazer pessoas que venham responder~~

~~da Comissão em~~ aos interesses ~~de~~ elaborar um bom anteprojeto. [A outra questão que nós estamos perdendo tempo é que nós deveríamos nos irmanar, ~~de~~ no sentido de definir quantas pessoas ~~nós~~ vamos precisar para

ajudar na elaboração da Lei Orgânica. O princípio básico é determinar ~~essa~~ necessidade ou não. ~~nós~~ Estamos estudando ~~qual~~ a metodologia ~~a adotar para requisitar funcionários.~~

logia, ~~buscando a metodologia, de como requisitar~~ Estão pe-

dindo apoio ao GDF para emprestar funcionários; está sendo dis-

cutida a questão ~~de~~ ~~para~~ trazer ~~pessoas~~ ~~funcionários~~ que estão em disponibilidade

no Governo Federal. Eu não acredito que ~~pessoas~~ ~~funcionários~~ que estejam so

Riva/ Arimar

10:40

10/09

0.21.4

brando, ~~que venha~~ ^{itens} ser ~~para~~ para elaborar a ~~Lei~~

Lei Orgânica. Nós temos que buscar pessoas ~~que tenham conhecimento~~

~~que~~ que entendam das questões ^{essenciais para a elaboração da} ~~de que se elabora uma~~ Lei Orgânica

nica, e o passo fundamental para resolver essa questão é determi

nar quais os profissionais que nós vamos precisar e se nós va

mos precisar. Se nós ^{vamos} ~~vamos~~ precisar, quais os funcionários,

^{para qual} ~~de que~~ área, qual é a formação de cada profissional. Nós temos

que determinar o tipo de profissional e ^{sua} ~~a quantidade~~ ~~de quanto de profissionais~~

~~Determinando~~ Determinando essa questão, ~~que~~ vamos nos entender com mais

rapidez. ~~Nós~~ ^A Estamos perdendo muito tempo com esta questão .

~~Vamos trazer funcionários, vamos contratar o funcionário.~~ 0 en

caminhamento, ~~que está errada~~ a forma de discussão é que está

errada. NÓS temos que primeiro definir quantos profissionais ✓

qual o currículo desse profissional, ~~e a partir daí, se o QDF~~

~~caracterizar para nós, e eu acredito o seguinte: que a questão~~

Riva/Arimar

10:40

10/09

0.21.5

questão
básica, ~~que~~ que foi *noticiada* na imprensa ~~que~~

é ~~uma questão~~ a contratação sem concurso, Agora, o GDF empres-

tar esses funcionários, o Governo Federal emprestar esses fun-

cionários, ~~uma questão de segunda mão~~ é uma questão secun-

dária, ~~pequena~~ Temos que passar para a opinião pública o se-

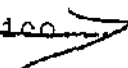
guinte: a Lei Orgânica vai precisar de 10 funcionários, de 50

funcionários ou de 200 funcionários. É a *reposta* que a opinião

pública *quer* e hoje vem sendo *noticiada* na imprensa. ~~que~~

~~esta de proporção~~ *(de contratação)* Agora, a forma *é* que está sendo

combatida. Neste sentido, Sr. Presidente, a questão é de enca-

minhamento, é de definir ~~o princípio básico~~ 

S/ José Alberto.

José Alberto/Arimar

10/09

10h45

0-22.1

(Gilson Araújo)

→ o princípio básico. Vamos ou não vamos precisar? Quantos?

Quais os tipos de funcionários? Estamos estudando a metodologia

^{para} ~~de~~ trazer esses funcionários sem antes fite' definir qual o tipo de funcionário.

Era só isso, Sr. Presidente, que tinha ^{dizer no} para ~~o~~ momento

to.

O SR, PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra o Deputado Geraldo Magela, para direito de resposta.

O SR. GERALDO MAGELA (PT. Sem revisão do orador) -
Sr. Presidente, ~~eu~~ ^{anteriormente, dizendo que} quero responder à citação da Deputada que usou da palavra ~~para dizer o seguinte~~ e unao tenho afilhados, ~~eu não tenho~~ ^{para evitar os afilhados, porque} ~~eu não me negar~~ ^{ao} ~~que~~ ^{pléu} ~~que~~ ^{que} ~~estou~~ ^{estou} ~~sendo~~ ^{sendo}, Foi até bom esta questão ser levantada, porque todos os Deputados estão recebendo currículos nos gabinetes. O próprio Deputado que chamou a imprensa para mostrar os currículos diz que está recebendo.

Agora, ^{os assuntos} ~~as coisas~~ precisam ser tratadas ~~com~~ ^{com} absoluta lealdade. O que ~~eu~~ ^{foi} fiz ~~com~~ ^{com} absoluta transparência, aliás, ^é como tenho ~~agido~~ ^{agido} aqui. ~~Os~~ ^{são de} currículos que enviei ~~as~~ ^{que desconheço,} ~~as~~ ^{que} ~~foram~~ ^{foram} ao meu gabinete, ~~eu~~ ^{eu} j' expliquei aqui. As pessoas quando vão ao microfone nem sempre falam o que têm que ser dito ~~com~~ ^{com} lealdade e usam de

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra o Deputado Agnelo Queiroz, para comunicação de liderança.

O SR. AGNELO QUEIROZ (PC do B. Para comunicação de liderança. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ~~eu~~ quero;

~~eu~~ em nome do PC do B, ~~apresento~~ primeiro elogiar ~~o~~

~~o~~ ⁹ Deputado Fernando Naves ^{pele} brilhante idéia que ^{teve, que} pode ser a resolução do problema da contratação ^(de funcionários, para) desta Casa, ^{com a qual} ~~essa~~ idéia ^{que} concordo e ^{o seu estudo,} ~~que~~ devemos aprofundar, ~~mas~~

~~quero aqui de público elogiar e que, seguramente, a moçada,~~
~~seja a salvação da lavoura, para manter a imagem da Casa.~~

Também gostaria de dizer que é um prazer ~~grande~~ en
contrar aqui vários companheiros, ~~provenientes de~~ do fcairro

Nossa Senhora de Fátima que aguardam Mesta Casa uma posição
^{no sentido de} ^(aquele) ~~que possa~~ reconhecer ^{lá} o bairro e assentar esses bravos compa
nheiros ^{que} ^{estão} há mais de 30 anos. Então, mais uma vez
^(conversar com) estão aqui para os Deputados, ~~conversar com eles.~~

Mas, o que me traz aqui, Sr. Presidente, ^{Gras. e} Srs. Depu-
tados, ~~no âmbito da liderança~~ é que ~~os~~ recebemos do Tri-

José Alberto/Arimar

10/09

10h45

0-22.5

bunal de Contas do Distrito Federal ^{uma} ~~com~~ correspondência sobre os processos que encaminhamos àquele Tribunal. São três processos de denúncias de corrupção na Fundação Hospitalar do Distrito Federal. Segundo o Tribunal, esses processos estão sendo investigados e já ^{há} ~~tem~~ o resultado de um, que o Tribunal de Contas do Distrito Federal encaminha, sobre uma denúncia que fiz desta tribuna, ~~uma denúncia~~ de ~~uma~~ licitação fraudulenta, viciada, para adquirir reagentes de bioquímica.

Estou ~~aqui~~ ^{em mãos,} com o processo inclusive com o voto do Relator, ~~Esse processo~~ ~~foi~~ foi julgado ~~com o voto do Relator~~ pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, ~~que~~ ^{e o seu Relator} diz o seguinte: "Pela análise dos autos,

constata-se que a revogação da Concorrência ^{nº} 002 veio a impedir, a tempo, que se consumasse qualquer eventual dano à Fazenda Publica, em razão de licitação viciada". ~~Isso aqui é do~~

~~(do Distrito Federal)~~
~~Tribunal de Contas com relação a uma concorrência da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, e encaminha uma série de exigências~~

Fundação Hospitalar, ^{Num} ~~item~~ item diz o seguinte: Recomenda à Fundação Hospitalar do Distrito Federal a fiel ob-

José Alberto/Arimar

10/09

10h45

0-22.6

servância das normas legais e regulamentares referentes às
licitações e gestão do dinheiro e ~~patrimônio~~ público", e
algumas explicações ~~_____~~

S/Ana Lúcia

ANA / GERALDO 10/09 10:50 (AGNELO QUEIROZ) 0 - 23/1

~~algumas explicações~~ informando ao Deputado Agnelo ^{de} ~~que~~ que as denúncias foram levadas no devido apreço dentro do Tribunal, tomadas as providências cabíveis para a apuração dos fatos e correções ou sancionamento das irregularidades, inclusive com instauração de tomada de conta especial.

Quero, de público, elogiar o Tribunal de Contas do Distrito Federal pelas medidas que estão sendo tomadas.

Isso fortalece o Tribunal de Contas do Distrito Federal, e é uma demonstração para esta Casa que o Tribunal pode assumir um papel de relevância extraordinária como um poder auxiliar da Câmara Legislativa do Distrito Federal, ^{auxílio,} Gostaria de citar uma matéria que foi publicada no domingo, no Jornal de Brasília, sobre o Tribunal de Contas da União, ^{extremamente} ~~que~~ ^{considero} ~~positiva~~ ^{positiva} ~~o papel~~ ^{pelo} papel que ~~da~~, dos Tribunais em geral, da União, dos Estados, e Municípios, depois da Constituição de 88. Quer dizer, o Tribunal reconhece e pode utilizar seus poderes no sentido ~~de~~ ^{de} nos ajudar na fiscalização dos atos do Poder Executivo no Distrito Federal.

Uma das denúncias já está comprovada, a fraude

da Fundação Hospitalar; outras duas estão sendo encaminhadas,
a -; do Hospital do Paranoá ^a da compra de aparelhos de
bioquímica Cobras Mira. Acredito que, com isso e com o auxílio
do Tribunal de Contas do Distrito Federal, possamos acabar ^{com} mais
um antro de corrupção ou tentar minimizar uma situação que
existe no Governo do Distrito Federal. Está aqui a prova. O Tri
bunal de Contas encaminha uma das denúncias que já está em proces
so de ~~investigação~~ diligência, ^{inclusive} com questionários relacionados
com fit Fundação Hospitalar no sentido de apurar ~~as~~ outras de -
núncias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra o Deputado Manoel Andrade.

O SR. MANOEL ANDRADE (PTR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ^{e Srs.} Srs. Deputados, que ro ater-me a duas pequenas questões que julgo importantes.

A primeira, ~~de~~ a acusação ao Secretário da Agricultura com referência ao trator que estaria escavando uma piscina. ^{Vou} quero deixar claro que o trator não é da ^{Fundação} Zoobotânica, inclusive o Deputado Edmar Pireneus, que investigou o assunto, confirmou ~~in loco~~ in loco que o trator foi arrematado em leilão e é de particular. Gostaria que o Deputado que fez a denúncia também buscasse as informações, porque sempre há denúncias vazias, denúncias que procuram macular a imagem do cidadão. ~~Essa~~ ^{Essa} informação ^{que queria dizer} ~~é~~ ^é ~~que~~ ^{que} o trator não pertence à Fundação Zoobotânica, ~~é~~ ^é de particular. O problema foi que o cidadão arrematou o trator e não conseguiu trocar a placa, e está sendo penalizado por isso, porque ele arrematou o trator e não transferiu para o nome dele.

Essa é só uma informação. Depois, gostaria

que o Deputado Edmar Pireneus *trouxesse* sua informação a respeito da matéria.

A outra questão é dos currículos. Em nenhum momento condenei que o PT enchesse a Casa de currículos. Isto ~~isso~~ não é proibido. Cada Deputado pode. A questão foi que no sábado, num programa de rádio, um Deputado do PT disse que os petistas não mandavam currículo para ninguém, que só os governistas tinham este compromisso de apadrinhamento. Quero dizer de público que recebo currículos todos os dias, ~~eu~~ acredito que todos recebam. *mas é possível* ~~mas não se pode~~ ir ao rádio ou à televisão e dizer que não recebem porque são puritanos, não têm afilhados. Eu quis dizer, naquele programa onde fui acuado, que receber currículo era ~~praxe~~ *praxe* de todos os Deputados, ~~e nada~~ *há* de ilegal. O Deputado que me antecedeu e fez o comentário não está errado em receber currículos, só não deve dizer que não recebe porque é mais sério, ~~porque o PT não faz isso.~~

Lilian/Geraldo

10/09

10h55

(Manoel Andrade)

24/1

~~que~~ ^{porque} o PT não faz isso, ^o PT é transparente, ~~essa~~ ^{essa} discussão que deve ser colocada em prática, ~~eu~~ ^{falar} costumo dizer publicamente que não tenho medo de dizer o que penso, e o Governo que representamos aqui também não tem medo de dizer o que pensa, trabalhamos de maneira transparente e estamos tentando fazer com que esse Governo, o Governo Joaquim Roriz, possa ser o melhor do Distrito Federal, ~~fe~~ ^{fe} está sendo, por sinal. Até quero fazer um comentário. Eu estava domingo em Santa Maria, e, passando pelas construções, encontrei várias ~~petistas~~ ^{pessoas} que me disseram que eram petistas, ~~mas~~ ^{que} agora são Roriz. Fiquei muito feliz com isso, Sr. Presidente. Quero dizer Casa que estou sentindo que o povo de Brasília está reconhecendo que o nosso Governador está preocupado em realizar um bom trabalho. [As acusações em cima da ^{fundação} Zoobotânica não procedem e eu gostaria que o Deputado Edimar Pinheiro fizesse algumas colocações aqui, que julgo interessantes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

10/09

0-24/2

O SR. EDIMAR PIRENEUS - Sr. Presidente, peço a palavra por ter sido citado nominalmente.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra o Deputado Edimar Pireneus, para ~~em~~^o direito de resposta,

O SR. EDIMAR PIRENEUS (PDT. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, ~~eu~~ para esclarecimento, ~~eu sei, estamos~~ preocupados com o fato do trator da Fundação Zoobotânica estar trabalhando numa residência particular. Pedimos informações ao Dr. Ludogero e S.S. nos disse que a máquina não é ^{meia} de propriedade da Fundação. O ~~Dr. trator~~ ^{trator} foi arrematado num leilão e o comprador não tirou o nome da Fundação, ^{o Dr. Ludogero disse} mas que já havia tomado as providências necessárias.

10/09

0-24/3

O SR. FERNANDO NAVES - Sr. Presidente, peço a palavra para ~~um~~ um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra o Deputado Fernando Naves.

O SR. FERNANDO NAVES (PDC, Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, venho a público fazer uma denúncia, com esclarecimento,

até, para ~~que a nossa pessoal tomasse~~ conhecimento *de todos.*
da Polícia Militar, no
Estava hoje num quartel ~~de~~ Gama, *onde* 19 policiais *se encontram* presos

porque se manifestaram quando do sepultamento de um soldado ~~nosso~~ que *foi* ~~foi~~ assassinado.

Recebi uma informação, há pouco, de que um companheiro ~~nosso~~ da reserva está sendo convocado ao Quartel do Comando *Gen*al, hoje, para prestar esclarecimentos sobre ~~uma~~ *que* nota divulgada pela imprensa com relação ao 7 de ~~Setembro~~, *que* também ~~foi informado~~ *está* ~~que~~ deverá ser enquadrada disciplinarmente *com prisão.* ~~do no xadape.~~

Queremos trazer a público o que se passa lá dentro. Hoje *cr que acontece* ~~é~~ simplesmente *a* falta de comando que não está correspon-

10/09

0-24/4

Em vez de
dendo aos anseios da sociedade. ~~Quando deveria~~ colocar o pessoal na
o comando
rua ^{para} para trabalhar, para defender a sociedade, ~~esta~~ colocando-o. pre
so, privando o soldado de prestar segurança pública à sociedade.

10/09

0-24/5

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra o Líder do PDT.

O SR. PADRE JONAS (PDT. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, ^{eu} gostaria de solicitar à Mesa permissão para que o ~~nosso~~ ~~Vice-~~ ~~Deputado~~ Cláudio Monteiro, ^{fizesse} uso da palavra, uma vez que S.Exa. tem uma matéria a ser comunicada.

Gostaria de esclarecer aos nobres Deputados que já foi comunicado oficialmente ^{que,} do público, ~~em~~ ^{em} ft^{or} unanimidade ^{que} o Deputado Cláudio Monteiro foi eleito ~~como~~ Vice-Líder, ^{do nosso partido.}

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - ~~Questão do manifesto~~ ~~tação do partido e~~ interna.

Com a palavra o Deputado Cláudio Monteiro, pelo PDT.

S/IVI

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO (PDT. Sem revisão do orador.)--

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ^{eu} gostaria de sair do mundo

abstrato e entrar no real. Ao entrar no real, ocupo ^{essa} tri-

buna para defender o interesse do contribuinte do Distrito

Federal, ^{Contribuinte} esse que vem sendo lesado diuturnamente

por força de um decreto expedido pelo Governo do Distrito Federal.

Todos nós conhecemos os princípios inseridos na Constituição, ^{frias},

às vezes, esses princípios não são respeitados por quem deveria

e por quem tem a obrigação de fazê-lo primordialmente. isso é

o que ocorre, hoje, com as pessoas que residem no Distrito Fe-

deral e que fazem uso do sistema de água.

A Constituição Federal, em seu art.145, inciso II, dis--

põe que, ⁴ a União, os Estados, o Distrito Federal e os ^M Municípios

CL-64

: (II-)

poderão instituir os seguintes tributos, taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, dos serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição."

O Código do Consumidor, em seu art. 39, diz: ~~que~~ "é vedado ao fornecedor de produtos ou serviços: [Inciso V: exigir do consumidor vantagem manifestadamente excessiva.]" É em cima disso que estamos apresentando ~~um~~ projeto do decreto legislativo, que susta atos do Poder Executivo, que exorbitam da sua capacidade de regulamentação, penalizando o consumidor no Distrito Federal.

A Companhia de Água e Esgoto, - CAESB - por força de ~~um~~ decreto, tem a possibilidade de ter a sua viabilidade econômica e financeira pautada em cima das contas de água. Mas a

Constituição também diz que a empresa pública e a empresa privada terão o mesmo tratamento, sem distinção. O que esse decreto favorece, hoje, a CAESB? Seria ^a ~~a~~ mesma ^{coisa} ~~coisa~~ que dizer ~~o seguinte~~ ^{que} todos os consumidores do Distrito Federal serão obrigados a consumir 3 litros de leite por dia, e se não consumirem, assim pagarão, em nome da viabilidade econômica da empresa. Isso é uma aberração! O que temos no sistema de água? Temos uma tarifa de consumo mínimo, ^e essa tarifa de consumo mínimo chega, às vezes, a ser 10 vezes superior ao consumo médio praticado pelo cidadão. O que se deprende disso? Que as pessoas que economizam são penalizadas. Senão, vejamos: um cidadão, que tem um consumo médio determinado de 5.220 ^{m³} ~~metros~~ cúbicos, consegue consumir apenas 1.382 ^{m³} ~~metros~~ cúbicos, o que ele é obrigado

Ivi/M.Stein

10.09

25.4

a pagar por 5.220^{m³}, com um agravante, porque ele tem mais 5.220^{m³}

de esgoto.

Essas ^{as}aberrações ^{que}pretendemos extirpar ^{da legislação,} ~~do mundo jurí~~

~~dico~~, porque esses decretos foram feitos em época ^{em}que o Gover-

no do Distrito Federal não dispunha de ^{meios para a} ~~quem o~~ fiscalizasse ^{cão, e} ~~o~~

as empresas não tinham que

S/AYA

Aya/M^a Stein

10/09

11:05

(Cláudio Monteiro) 0/26/1

~~não dispunha de quem os fiscalizassem. E as empresas não ti-~~
~~nham que~~ se preocupar com a ~~adm~~ administração, Estipulavam as ta-
 rifas simplesmente para cobrir ~~os~~ os seus gastos. Só que, hoje, a re-
 alidade é outra.

Espero que esta Casa acate ou aceite o decre-
 to legislativo, sustando essa lesão ao direito do contribuinte.

Obrigado, Sr. Presidente.

Aya/M^a Stein

10/09

11:05

(Tadeu Roriz)

0/26/2

O SR. TADEU RORIZ - Sr. Presidente, peço a palavra, *em nome do Bloco Liberal Progressista.*

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Concedo a palavra ao Deputado Tadeu Roriz, para comunicação do Bloco Liberal Progressista.

O SR. TADEU RORIZ (PSC. Sem revisão do orador.)

Sr. Presidente, *Srs.* Deputados, gostaria de refutar as críticas feitas aqui pelo nobre Deputado Carlos Alberto ao Secretário Dr. Renato Simplicio, sobre ~~a questão dos~~ ^{os} fatos ocorridos, quando aqui ~~ve~~ ^{Comparecer} o Secretário, para depor, no plenário da Camara Legislativa.

Achei as críticas injustas ^e infundadas. Até ouvi as críticas com bastante espanto, principalmente pela conduta, que até hoje, o nobre Deputado Carlos Alberto vem tendo dentro des-

Aya/M^a Stein

10/09

11:05

0/26/3

ta Casa, sempre nortea^ado pelo equilíbrio, pela ponderação, Achei estranho o Deputado responsabilizar o Dr. Renato Simplicio pela quebra dos vidros, e ~~também~~ ^{mas também} dizer que o Secretário é um latifundiário. Posso, com muita isenção, nobre Deputado, dizer quem é o Dr. Renato Simplicio. Conheço o Dr. Renato há mais de dez anos, ~~como~~ ^{fui} como homem, como cidadão, como produtor rural. ~~Sou~~ até vizinho de ^{de S. Exa.} área dele, ~~era, porque até vendi a minha propriedade aqui na nuclon parafada Rio Preto. Ele~~ Como Secretário da Agricultura do Governo de Minas Gerais, como técnico da Embrater, ^(ca) parece-me que foi presidente ^{daquele órgão, S. Exa.} da Embrater, sempre se conduziu ^{de maneira} ~~pela forma mais~~ justa, ^a ~~pela forma mais~~ equilibrada, que um homem público possa ter.

Acho que o nobre Deputado processar o Secretário

por um ato que ^{S. Exa.} ~~ele~~ não é responsável, ~~este ato~~ é uma injustiça mui-

Aya/M^a Stein

10/09

11:05

0/26/4

to grande, ~~Acho~~^e até, uma agressão à pessoa do Secretário Renato Simplicio. ~~Acho~~^{D. Exa.} O Secretário tem desenvolvido um trabalho isento, ~~ele~~^{D. Exa.} está apenas defendendo os interesses dos produtores; está apenas defendendo os interesses da Secretaria de Agricultura e Produção do Governo Joaquim Roriz. Por sinal, tem o feito muito bem, até o momento.

Então, é de ~~se~~ estranhar que ~~um fato isolado como esse venha denegrir, ou venha se tentar denegrir~~^{seja motivo para a tentativa de} a imagem do nobre Secretário. Acho que Secretário Renato Simplicio não merece esse tipo de ~~processo~~^{atitude,} porque ~~ele~~^{D. Exa.} não é responsável pela vontade de oito mil produtores rurais. ~~Ele~~^{D. Exa.} não pode se responsabilizar^{do} por um ato isolado de um desses oito mil produtores rurais.

Então ~~é~~^é uma questão polêmica, é uma questão explosiva ~~esse~~^o problema fundiário do Distrito Federal. Acho que vamos

Aya/Ma Stein

10/09

11:05

0/26/5

ter muito tempo para resolver isso, na Lei Orgânica, debater esta
de verificar o que
questão, e ~~nos vemos ver qual~~ é o melhor para o Distrito Federal.

Temos que fazer um simpósio aberto, transparente, democrático, pa-

conseguir esse objetivo em benefício do Dist. Federal.
ra ~~ver o que é o~~ melhor para o nosso Distrito Federal.

Então, quero mais uma vez....

S/ Lúcia

LÚCIA/ALZIRA 11:10 10/9/91 Tadeu Roriz

0 - 27/1

~~Então~~ *Então* quero, mais uma vez, refutar as críticas feitas pelo De-

putado Carlos Alberto ao Secretário Renato Simplicio *depois* e fazer ~~um~~

um apelo ao nobre Deputado para que retire este tipo de processo,

pois não é por aí o verdadeiro caminho do entendimento.

Muito obrigado.

*OSR. CARLOS ALBERTO - Sr. Presidente, quero a
palavra, para exercer o meu legítimo direito de resposta.*

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra

o Deputado Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO (PCB. Sem revisão do orador) -

Sr. Presidente, caros colegas, gostaria de pedir alguns minutos de

atenção. Realmente *eu* não pretendia voltar ~~a~~ *a* tribuna a não ser em fun-

ção do legítimo direito de resposta. *eu* ~~eu~~ quero dizer *que* o seguinte ~~que~~ não

LÚCIA/ALZIRA

11:10

10/9/91

Carlos Alberto

0 - 27/2

estou processando o Sr. Secretário pelo fato ^{de o vidro} ~~de~~ ter sido quebrado
~~e vidro~~ por um cidadão, não sei se é cidadão, que se auto^{denomi-}
nando produtor ^{je} acha que ^{pode} ~~possa~~ dar um soco no vidro da Câmara Legis
lativa e ~~depois~~ ficar absolutamente impune, sem nenhum protesto, in-
clusive de V.Ex^a. Não o estou responsabilizando por isso, Estou res
ponsabilizando ^A pelo crime de injúria contra a honra, por ^{houve} ~~ter~~ se di-
rigido de forma imprópria e inadequada, ^{e, inclusive,} ~~e~~ ^{seu} isto ^{seu} publicado na im
prensa, destratando um Deputado. Quando um Deputado é destratado
injustamente, ^A seja um Deputado da ^O oposição, seja um Deputado do Go
verno, por uma autoridade, ~~isso~~ merece repúdio. Causa-me surpresa
que V.Ex^a invoque o curriculum do Sr. Secretário de Agricultura para

LÚCIA/ALZIRA 11:10 10/9/91 Carlos Alberto

0 - 27/3

justificar um equívoco, justificar um erro, justificar um crime caracterizado no Código Penal, ou seja, dois pesos e duas medidas.

Isso não é algo que possa fazer com que a nossa Casa cresça, ⁴ que a

nossa respeitabilidade cresça. O Sr. Secretário ^{Em} não sei se o nobre

tem conhecimento,

Deputado Tadeu Roriz ~~sabe~~ aquelas ~~terras todas são públicas~~, São

terras rurais, públicas, e eu até gostaria de um esclarecimento; como [→]

DSR. TADEU RORIZ - Vendi os direitos, porque havia um beneficiário que fiz e não me autossoltei de lá, até a outra pessoa.
DSR. CARLOS ALBERTO -

→ V.Ex^a pôde vender essas terras, que não são tituladas? Ah! Então

V.Ex^a vendeu o direito? Muito obrigado. Dito por V.Ex^a: V.Ex^a ven-

deu ^{fy} direito ^{de} terra ^{pública}, Muito bem! Direito adquirido de ter

ra pública.¹ Ou seja, é assim que tratamos a terra pública ^{em} no ~~nosso~~

Pais.. Muito bem! Ótimo! ~~Então~~ ^{Então} racho que nós, aqui, defendemos a se-

guinte posição: a terra deve servir à humanidade, deve produzir ali
mentos. A terra deve estar à disposição do trabalhador que queira
nela viver e trabalhar. Essa é a nossa proposta. ^{mas,} ~~Então,~~ não é esse
o assunto. Quero lamentar profundamente a declaração do nobre Depu-
tado Tadeu Roriz, que vem a esta ^{tribuna} ~~fl~~ribuna, não para defender o justo,
a lei, o direito, mas para passar a mão na cabeça de equívocos, de
erros, que um Deputado, ^{um} representante do povo, jamais pode negligen-
ciar, ^e ~~jamais pode~~ esquecer.

LÚCIA/ALZIRA 11:10 10/9/91 Pres. Salviano Guim. O - 27/5

~~na ordem.~~ O SR. AGNELO QUEIROZ - R. Presidente, ~~para a palavra~~
~~para uma questão de ordem.~~ ~~Bem a palavra o~~
 O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - ~~questão de~~

~~ordem do~~ Deputado Agnelo Queiroz ~~para uma questão de ordem.~~

O SR. AGNELO QUEIROZ (PC do B.) ~~Sem revisão do orador.~~
~~Para uma questão de ordem.~~

- Sr. Presidente, requeiro, nos termos do Regimento Interno, art.

22, que seja incluído na Ordem do Dia o requerimento de urgência

do Projeto de Lei nº 202, de autoria de V.Ex^a, ~~que foi~~ assinado por

dezesseis Deputados.

~~O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Nós pretendia~~

~~mos que fosse colocado~~

SEGUE HERMIONE.

Hermione/Alzira

10/9

11:15

028/1

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - ~~Não~~ [?] preten -
díamos que fosse colocado, mas não há como votar, porque temos
dois projetos em tramitação, em regime de urgência, ~~temos~~ ^{temos} al-
guns outros ~~projetos~~ ^{também} aguardando a votação, ~~em~~ ^{em} regime de urgência.
Temos que cumprir a ordem e a sequência de entrada dos requeri-
mentos ~~em regime de urgência~~. Não logo esses dois projetos, ~~que~~
~~estão em tramitação de regime de urgência~~, sejam aprovados e ~~a~~
~~tenham a sua apreciação ultimada~~, ^{fc? demais}
~~Casa delibere sobre eles~~, entrarão na sequência, os regimes do
~~portanto~~, ~~urgência que já deram entrada~~. E o requerimento ~~de regime~~ de ur-
gência, ~~portanto~~ ^{ficará} ~~este~~ aguardando ~~na sala~~, para ser deliberado
pela Casa.

A Presidência não tem como atropelar esse processo, até
para resguardar o direito já adquirido daqueles Deputados que
também pediram regime de urgência para outros projetos em tra-

mitação

O SR. AGNELO QUEIROZ- Eu ~~estava até procurando, porque~~
~~consta-me que há um~~ ^{sur} ~~tramitação~~ e gostaria de saber quais são os

dois ^{projetos.}

~~A SRA. LÚCIA CARVALHO- Por dois, o 158 e o 160. O qual seria~~
~~depois.~~ O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães)- ~~A Deputada Lúcia~~

~~(São os de nós)~~ e
~~Carvalho nos ajudou, são~~ 158, 160 e, em seguida, o de nº 202.

Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, passamos à

ORDEM DO DIA.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura do 1º
item da Ordem do Dia.

(O SR. Secretário procede à leitura seguinte)

~~ORDEM DO DIA PARA SESSÃO ORDINÁRIA~~

~~DO DIA 10/09/91~~

~~(terça-feira)~~

1) Discussão e votação, em 2ª turno, em Regime de Urgência , do Projeto de Lei nº 160, de 1991, que **"Cria cargos efetivos de Pessoal do Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN, e dá outras providências.** (Art. 135 do Regimento Interno).

Autor: GDF

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães)- Em discussão.

(Pausa)

Em votação. Os ~~Deputados~~ Deputados que se pronunciarem pelo "sim" estão aprovando o Projeto de Lei nº 160, em segundo turno; os que se pronunciarem pelo "não" o estarão rejeitando.

Convidado O Sr. Secretário a proceder à chamada dos Srs. Deputados.

(O Sr. Secretário procede à chamada)

Hermione/Alzira

10/9

11:15

028/4

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - O Projeto de
Lei nº 160 está aprovado por 23 votos favoráveis e 1 ausência.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura do
2º item da Ordem do Dia

(O Sr. Secretário proceda à leitura ^{da} seguinte)

2) Discussão e votação, em 1º turno, em Regime de Urgência, do Projeto de Lei nº 158, de 1991, que **"Cria a Diretoria Regional de Ensino de Samambaia, Região Administrativa XV, da Fundação Educacional do Distrito Federal , e dá outras providências"**. (Art. 135 do Regimento Interno).

Autor: GDF

Relator da CCJ: Deputado Peniel Pacheco
Parecer Favorável e aprovado.

Relator da CEOF: Deputado Aroldo Satake
Relator da CAS :Deputada Rose Mary Miranda

Hermione/Alzira

10/9

11:15

028/5

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães)- Com a palavra o Sr.

/ Relator da Comissão de Economia e Finanças.

O SR. ~~AROLDO SATAKE (Relator)~~...

5/Lara

Lara/Alicéa

10.09.91

11h20

0/29.1

O SR. RELATOR (Aroldo Satake) - *fr. Presidente, frs. e*
Srs. Deputados :

PROJETO DE LEI DO DF Nº 138 / 91

Cria Diretoria Regional de Ensino de Samambaia, Região Administrativa XII, da Fundação Educacional ao Distrito Federal, a cia outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º - Fica criada, na Fundação Educacional do Distrito Federal, a Diretoria Regional de Ensino de Samambaia, Região Administrativa XII.

Art. 2º - São criados, no Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, os seguintes cargos em comissão:

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	QUANTITATIVO
Diretor Regional	EC 03	01
Assistente	EC 07	02
Chefe de Núcleo	EC 12	05
Chefe ds Secretaria	EC 12	01
Secretário-Datilógrafo	EC 20	01

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.



II - ASPECTO FORMAL

A denominação dos cargos em comissão propostos apresentam o seu quantitativo e respectivos símbolos, sem no entanto expressarem o valor de cada um, a fim de se conhecer o seu custo total.

Todavia, com a publicação da lei nº 159, de 16 de agosto de 1991 - que dispõe sobre a antecipação salarial do funcionalismo do Distrito Federal -, os cargos comissionados ^{de} que trata o presente projeto de lei foram reestruturados na forma prevista nos artigos 4º e 6º, constante dos anexos I e II, passando a ter a seguinte correspondência e valores:

(art. 4º, da lei nº 159, de 16 de agosto de 1991)

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	VENCIMENTO MENSAL	REPRESENTAÇÃO (% sobre a remuneração do Cargo de Natureza Especial de Secretário de Estado) .
Diretor Regional	DF-11	55.146,74	22
Assistente	DF-Q9	45.575,02	16
Chefe de Núcleo	DF-07	37.665,98	12
Chefe de Secretaria	DF-07	37.665,98	12
Secretário-Datilógrafo	DF-03	25.726,38	7

Para se encontrar o custo de cada cargo comissionado é só multiplicar o percentual da representação sobre o valor da remuneração de Secretário de Estado, que é de aproximadamente Cr\$1.315.000,00 (Humilhão, trezentos e quinze mil cruzeiros) e somar com a parcela do vencimento mensal, ou seja, ~~o~~ gráfico está claro, e quanto a esse

número aproximado não tínhamos esse valor exato na época de fazer o parecer, então aproximamos no valor de Cr\$ 1.315.000,00. Mas aqui temos a correção:



(art. 6º, da lei nº 159, de 16 de agosto de 1991)

CARGO	VENCIMENTO MENSAL	REPRESENTAÇÃO	SUB-TOTAL	TOTAL
01 Diretor Regional	55.146,74	289.300,00	344.146,74	344.146,74
02 Assistente	45.575,02	210.400,00	255.975,02	511.950,04
05 Chefe de Núcleo	37.665,98	157.800,00	195.465,98	977.329,90
01 Chefe de Secretaria	37.665,98	157.800,00	195.465,98	195.465,98
01 Secretário-Datilógrafo	25.726,38	92.050,00	117.776,38	117.776,38
			TOTAL GERAL	2.146.669,04

Assim, em valores à época da edição da lei nº 159/91, os cargos em comissão propostos totalizam a quantia de Cr\$2.146.669,04 (Dois milhões, cento e quarenta e seis mil, seiscentos e sessenta e nove cruzeiros, e quatro centavos) mensais, aproximadamente. Agora eu teria aqui o valor exato que seria de Cr\$ 2. 147. 292, 91, ~~que é o valor exato~~

III- PARECER

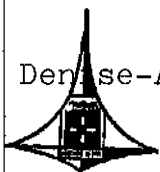
Trata-se de Projeto de Lei que objetiva suprir a Fundação Educacional do Distrito Federal, em Samambaia, de Cargos Comissionados pela inexistência desse suporte técnico devidamente remunerado, a fim de dotar aquele órgão de nível de assessoramento qualificado.

IV- VOTO

Sob o aspecto econômico, orçamentário e de sua legitimidade o Projeto de Lei atende os princípios da legalidade sujeitos à apreciação desta Comissão e o impacto do seu custo justifica-se visto que os benefícios são

amplamente maiores...

S/Denise



CL-88

amplamente maiores, pois a medida se justifica devido as inúmeras dificuldades administrativo-pedagógico circunscritas a Samambaia, que está a requerer do Governo Especial atenção devido à expansão de sua população.

Assim, sou, no âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, de parecer favorável ao presente Projeto de Lei, nos termos ora apresentados, votando pela sua aprovação, com a seguinte emenda aditiva:

EMENDA ADITIVA NS 01/91 - CE0F.

Acrescente-se o seguinte parágrafo único ao artigo 22.

Parágrafo único: Fica o Governador do Distrito Federal autorizado a baixar ato, objetivando atualizar a correspondência e valores de retribuição dos cargos em comissão de que trata este artigo, na forma prevista pela Lei nº 159, de 16 de agosto de 1991.

Sala das Sessões, em de setembro de 1991

Deputado AROLDO SATAKE

Relator

Aconteceu essa diferença pelo fato de que esse projeto era de nº

mero 158, na época não tinha sido aprovado o Projeto nº 159. Fica, assim,

aos Senhores.
distribuído aqui hoje.

Art. 23 - V E T A D O.

Art. 24 - V E T A D O.

Art. 25 - V E T A D O.

Art. 26 - É vedada a concessão em duplicidade da antecipação prevista no Art. 1º, a quaisquer servidores, sob qualquer hipótese ou pretexto.

Art. 27 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 28 - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de agosto de 1991.
103ª da República e 32ª do Brasília

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

ANEXO E

(ART. 6º DA LEI Nº 159, DE 16 DE AGOSTO DE 1991)

SITUAÇÃO PROPOSTA	SITUAÇÃO ATUAL						
	CARGO EM COMISSÃO	SEM DÍGITA E ANTÍQUA	TEOP	TUMAP	TIOP	TEOP	TEOP
D-14	DAS-5	EC-1 (Omb-OM)	EC-1 (Omb-OM)	EC-1 (Omb-OM)	EC-1 (Omb-OM)	EC-1 (Omb-OM)	EC-1 (Omb-OM)
DF-12	DAS-4	EC-1	EC-1	EC-1	EC-1	EC-1	EC-1
DF-13	DAS-3	EC-1	EC-1	EC-1	EC-1	EC-1	EC-1
DF-11	DAS-2	EC-1	EC-1	EC-1	EC-1	EC-1	EC-1
DF-10	DAS-1	EC-1	EC-1	EC-1	EC-1	EC-1	EC-1
DF-09	-	EC-1	EC-1	EC-1	EC-1	EC-1	EC-1
DF-08	-	EC-1	EC-1	EC-1	EC-1	EC-1	EC-1
DF-07	-	EC-1	EC-1	EC-1	EC-1	EC-1	EC-1
DF-06	-	EC-1	EC-1	EC-1	EC-1	EC-1	EC-1
DF-05	DAS-5	EC-1	EC-1	EC-1	EC-1	EC-1	EC-1
DF-04	DAS-4	EC-1	EC-1	EC-1	EC-1	EC-1	EC-1
DF-03	DAS-3	EC-1	EC-1	EC-1	EC-1	EC-1	EC-1
DF-02	DAS-2	EC-1	EC-1	EC-1	EC-1	EC-1	EC-1
DF-01	DAS-1	EC-1	EC-1	EC-1	EC-1	EC-1	EC-1

ANEXO U

(ART. 6º DA LEI Nº 159, DE 16 DE AGOSTO DE 1991)

CARGO EM COMISSÃO	VENCIMENTO MENSAL	REPRESENTAÇÃO (K sobre a remuneração da Cargo de N.º tutela Especial do Secretário de Fato do)
DF-14	73.400,30	35
DF-13	66.727,55	30
DF-12	60.661,41	26
DF-11	55.146,74	22
DF-10	50.133,40	18
DF-09	45.575,82	16
DF-08	41.432,57	14
DF-07	37.665,88	12
DF-06	34.241,80	10
DF-05	31.128,91	9
DF-04	28.299,01	8
DF-03	25.726,38	7
DF-02	23.387,62	6
DF-01	21.261,48	5

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

DIÁRIO OFICIAL

Diretor Responsável

CLEMENTE LUZ

Redação e Administração
Anexo do Palácio do Buriti

Telefones

Redação direto 225-7803 PABX 225-6830 Ramal 312 e
225-7055 Ramal 137

Venda avulsa.....Cr\$ 100,00
Assinatura trimestral.....Cr\$ 5.000,00
Porte pela ECT.....Cr\$ 6.072,00

)/30.2

Denise-alicéia

10.09.91

11h25

0/30.3

O SR PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Em discussão o parecer do Relator.

Com a palavra o Sr. Wasny de Roure.

O SR WASNY DE ROURE (PT) (sem revisão do orador.) - Sr. Presidente,

Srs. Deputados: [E]m primeiro lugar, cumprimento o nobre Relator, porque, felizmente, pudemos apresentar um relatório e, conseqüentemente, um parecer que correspondesse ao nível da nossa Comissão. ^{VA} Nossa preocupação é de que ^{os} nossos pareceres estejam suficientemente embasados e não sejam, simplesmente, ^{um} parecer favorável, porque vêm do Poder Executivo. Portanto, cumprimento a qualidade do parecer do nobre Relator.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Não havendo mais quem queira discutir a matéria, ~~colocaremos~~ em votação.

Os ~~deputados~~ Deputados que se pronunciarem pelo "sim", estarão apro-

Denise-alicéia

10.09.91

11h25

0/30.4

vando o parecer do Relator; os que se pronunciarem pelo "não", ¹⁰estarão
rejeitando ^{Va}.

Convido o Sr. Secretário a proceder à chamada dos Srs. Deputados
para ^a votação.

(O Sr. 1º Secretário procede a chamada.)

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães)- O parecer ^{do Relator} está aprovado
por 24 votos favoráveis.

Convido o Deputado Tadeu Roriz a assumir a Presidência.

(Assume a Presidência o Deputado Tadeu Roriz.)

~~O SR. PRES. (Tadeu Roriz)~~

S/RIVA

Riva/ Lizete

11:30

10/09

0.31.1

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz)- Convido a Relatora da Comissão de Assuntos Sociais, Deputada Rose Mary Miranda, a emitir o seu parecer.

A SRA. ROSE MARY MIRANDA

(P.T.R. *Para proferir parecer.* *San. pensão da*)

~~COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS~~

Sa. Presidente, Sas. e Srs. Deputados:

PARECER Nº

/91

da Comissão de Assuntos Sociais sobre o Projeto de Lei 158/91, que "Cria Diretoria Regional de Ensino de Samambaia, Região Administrativa XII, Fundação Educacional do Distrito Federal, e dá outras providências."

RELATORA: ~~Deputada Rose Mary Miranda~~

1 - RELATÓRIO

Através da Mensagem na 038/91 - GAG, de 21.06.91, do Senhor Governador do Distrito Federal, foi encaminhado Projeto de Lei, que nesta câmara tomou o nº ^{numeros} 158.

~~Requerimento~~ *Srs. /* fljos. *de* Senhores Deputados, *solicita* com o apreciação em regime de urgência, ~~em~~ *em* H. lido em sessão de ~~03.09.91~~ 03.09.91, foi aprovado.

Riva/ Lizete

11:30

10/09

0.31.2

~~O Projeto~~ ^{o Projeto} foi submetido às Comissões de Constituição e Justiça e de Economia, Orçamento e Finanças, não tendo recebido emendas, obteve parecer favorável a sua aprovação.

Entretanto, com a finalidade de torná-lo compativel com o disposto na Lei 159, de 16 de agosto de 1991, a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças procedeu à adaptação dos símbolos relativos aos Cargos em Comissão previstos na tabela constante do ~~Art. 2º~~ 2º, do Projeto em pauta.

O Projeto se reveste de grande alcance social, considerando-se que a instalação de uma Diretoria Regional de Ensino, em Samambaia, virá dar agilidade à tomada de decisões na área de Educação, viabilizando ~~um~~ melhor atendimento à comunidade.

2 - VOTO

A Comissão de Assuntos Sociais está acorde com o Projeto apresentado pelo Senhor Governador, com a revisão realizada pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, opinando pela sua aprovação.

Sala das Sessões, 10 de setembro de 1991

Presidente

Relatora,


Rose Mary Miranda
Deputada Estadual

Riva/Lizete

10/09

0.31.3

(o parecer.)
O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz)- Em discussão, *(P)* (pausa)

Em votação.

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda a chamada ~~nominal~~ dos Srs. Deputados.

(P) ~~(procede-se à chamada dos Srs. Deputados)~~

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz)- O parecer está aprovado por 23 votos "Sim" e uma ausência.

Há expediente sobre a mesa.

Solicito ao Sr. 1º-Secretario que proceda à leitura .

~~de mesmo.~~

~~(Procede-se à leitura do seguinte:)~~
é lido o seguinte.



Riva / Rizele

10/09. 11:30

231.4
02.95

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO TADEU RORIZ

REQUERIMENTO Nº ____/91.

AUTOR: DEPUTADO TADEU RORIZ

PARTIDO: P.S.C.

ASSUNTO: Solicitação de Informações à Exma. Sra. Secretária
de Desenvolvimento Social do Governo do Distrito Fe-
deral.

Requeiro à Mesa, nos termos do filrt.107 do Regimen-
to Interno da Câmara Legislativa do DF, a gentileza de soli-
citar à Exma. Sra. Secretária de Desenvolvimento Social do
Governo do Distrito Federal informações sobre:

12 - A intenção do Governo do Distrito Federal de realizar
ou não licitação para a assinatura de contrato com entida-
des privadas "sem fins lucrativos" para administração dos
cemitérios;

2º - A intenção ou não do Governo de conceder alvará de fun-
cionamento e inscrição de ISS/ICMS às empresas funerárias
com mais de dez anos de atividade no Distrito Federal;

3º - A razão de algumas empresas com atuação no DF, nessa
área, disporem do alvará de funcionamento e inscrição de ISS,
ICMS, e outras, em condições similares, não terem acesso a
esses instrumentos de regulamentação de suas atividades; I

4º - A razão porque o setor privado do Distrito Federal li-
gado diretamente a atividades necrológicas foi preterido,
por uma entidade vinculada a outro ramo de atividade, na
composição da Comissão que estuda a legislação do setor; ;

5º - Os prazos estabelecidos para a regulamentação das ati-
vidades do setor e para a realização das respectivas lici-
tações.

JUSTIFICATIVA

O Sindicato das Empresas Funerárias de Brasília e

Lido e 10/9/91



Ribeiro/Rizete

10/09

11:30

0.31.5

CL-96

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO TADEU RORIZ

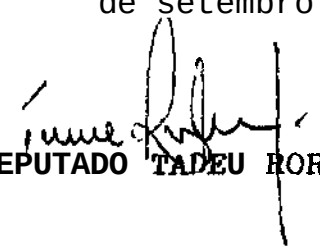
Geoeconômica^{S/} solicitou minha interveniência para interpellar junto à Secretaria de Desenvolvimento Social do Governo do Distrito Federal, sobre a falta de definição dos programas de governo no tratamento com as agências funerárias que atuam no Distrito Federal há mais de dez anos.

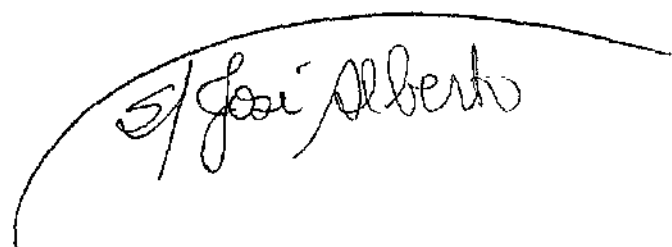
Elas não encontram interlocutor no Governo^o pedem o credenciamento na Fundação do Serviço Social, que alega tratar-se de assunto da área da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo. Esta, por sua vez, devolve a questão à Secretaria do Desenvolvimento Social, a qual, pela Lei¹⁰⁴⁹, do Senado Federal, caberia, de fato, a responsabilidade no tratamento com as funerárias.

Essa indefinição leva a empresa a uma orfandade na relação com o Governo, e o Governo a uma confusão no encaminhamento das soluções. Assim, na regulamentação das atividades funerárias no DF, as formas e métodos adotados estão prejudicando sensivelmente as empresas já tradicionalmente instaladas no DF.

Daí o motivo do requerimento: deseja-se uma explicitação da questão, de modo a não prejudicar as empresas, muito menos as famílias que necessitam dos serviços funerários, e cuidado especial nos cemitérios com seus entes queridos.

Sala das Sessões, de setembro de 1991.


DEPUTADO TADEU RORIZ


S/ José Alberto

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GAB. K" 18 - Deputado Claudio Monteiro - 347.44 71

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 791

(autoriza do Deputado Cláudio Monteiro)

SUSTA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA "a" E PARÁGRAFOS ÚNICO DO ART.19 DO REGULAMENTO DE CLASSIFICAÇÃO E TARIFAS DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTOS DO DISTRITO FEDERAL, APROVADO PELO DECRETO Nº 5.554, DE 31.10.80, BEM COMO DE QUALQUER OUTRO ATO DO PODER EXECUTIVO LOCAL, QUE ESTABELEÇA A OBRIGATORIEDADE DE PAGAMENTO DE TARIFA, MÍNIMA DE ÁGUA E ESGOTOS E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

D E C R E T A

Art. 10 - Fica ^{mw}sustados os efeitos do disposto na alínea "a" e parágrafo único do Regulamento de Classificação e Tarifas dos serviços de água e esgotos do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 5.554, de 31 de outubro de 1980, bem como qualquer outro ato do Poder Executivo local, que estabeleça a obrigatoriedade de pagamento de tarifa mínima de Sgua e esgotos.

Art. 2º - Os valores cobrados pelos serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos sanitários, serão calculados exclusivamente com base no consumo medido por hidrômetro.

Art. 3º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de SUA publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

JUSTIFICAÇÃO

Dispõe a Constituição Federal, em seu art. 145, inciso II, que a União, os Estados, o Distrito Fe

deral e os Municípios poderão instituir taxas, em razão do ~~exerc~~ -
cício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou ~~pote~~
cial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados
ao contribuinte ou posto à sua disposição.

Em consonância com o disposto no art. 150 ,
item I, é vedado à União e demais unidades da Federação exigir
ou aumentar tributos sem que lei o estabeleça.

Ora, a exigência de tarifa mínima de con
sumo de que trata a alínea "a", 4º parágrafo único ^{do} art. 19 do
Regulamento de Classificação e Tarifas de Água e Esgotos do Dis
trito Federal, aprovado pelo Decreto nº 5.554, de 31 de outubro
de 1980, fere flagrantemente os dispositivos constitucionais aci
ma citados, vez que, caracteriza a instituição de uma taxa, sob
o disfarce de tarifa pública.

Segundo a melhor doutrina, tarifa é a
contraprestação do contribuinte por serviços efetivamente pres
tados, enquanto taxa é um tributo cobrado em decorrência da uti
lização, efetiva ou potencial, de serviços públicos, exigindo por
tanto, para sua instituição, uma lei, do contrário, estar - se - á
fazendo tabula rasa do princípio da legalidade, amoldado no
art. 5º, inc. II da Carta Magna vigente.

Ainda de acordo com a nossa "Lex Major",
as empresas públicas sujeitar-se-ão ao mesmo regime jurídico
próprio das empresas privadas, e tal privilégio à CAESB vulnera
esse preceito amoldado na Constituição da República, pois, segun
do o Regulamento aprovado pelo Decreto supracitado, o usuário
pagará uma tarifa estipulada pela empresa, mesmo que não tenha
consumido um quantitativo pré-estabelecido.

O próprio Código de Proteção e Defesa do
Consumidor (Lei nº 8.078/90), no ~~art.~~ art. 39, inciso I, proíbe ao
fornecedor de produtos ou serviços, condicionar o seu forneci
mento a outro serviço, bem como, sem justa causa, a limites quan
titativos.

Neste mesmo sentido, consoante prescreve
o § 4º do art. 173 da nossa Carta Política, a lei reprimirá o au
mento arbitrário dos lucros, encontrando ainda ressonância no
art. 39, ^{inciso} ~~item~~ V, da Lei nº 8.078/90, que também veda, exigir do con
sumidor vantagem manifestamente excessiva.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GAB. N° 18 - Deputado Claudio Monteiro 347.44 71

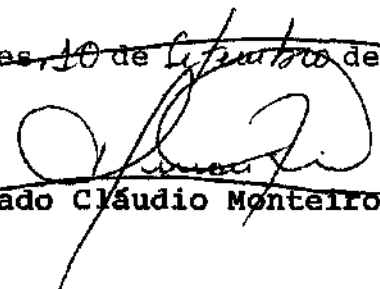
E absurdo admitir que os consumidores sejam obrigados a pagar elevadas quantias mensais, centenas de nulhares de cruzeiros, em muitos casos milhões, sem que tenham utilizado o serviço que lhes é cobrado.

A exigência de pagamento por uma água não consumida, além de ilegal, é injusta, penaliza os que se preocupam em economizar o produto, quando deveria haver um estímulo à economia. Tal cobrança representa um incentivo e até mesmo uma indução ao desperdício.

O prejuízo do consumidor é dobrado, tendo em vista que a taxa de esgoto representa 100% (cem por cento) do valor cobrado pela água.

Fica, pois, evidenciado que, ao fixar uma tarifa mínima para consumo de água, o Executivo exorbitou do seu poder regulamentador, cabendo a esta Casa, na qualidade de representante do povo, sustar os excessos, nos termos do art. 103, inciso II, alínea "a" do Regimento Interno.

~~Sala das Sessões, 10 de Setembro de 1991~~


Deputado Cláudio Monteiro

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

CAH. N° 18 - Deputado Cláudio Monteiro - 347.44 71

REQUERIMENTO Nº 191

do Deputado Cláudio Monteiro.

Exm^a Senhor

Deputado SALVIANO GUIMARÃES

DD. Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal

NESTA

Nos termos do artigo 107, Inciso I do Regimento Interno desta Câmara Legislativa, requero a V. Exa., após ouvido o Plenário, seja solicitada informações à Sr^a MARIA AUGUSTA EIRICH DE MENEZES, Secretária de Desenvolvimento Social, sobre os resultados do Grupo de Trabalho, formado por intermédio da Instrução 009, de 19 de Julho de 1991, bem como a execução de Plano Emergencial de Reestruturação do Centro de Triagem e Observação da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A Instrução 009, de 19 de Julho de 1991, constituiu Grupo de Trabalho, objetivando, no prazo de 30 dias, elaborar e acompanhar a execução de Plano Emergencial de Reestruturação do Centro de Triagem e Observação da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal.

Ocorre que, passado 50 dias da instituição de tal grupo de trabalho, as notícias veiculadas pela imprensa, são de que o Centro de Reclusão Provisório transformou-se em verdadeiro pandemônio, com fugas constantes, desrespeitando os direitos fundamentais dos homens e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Para garantir a transparência dos atos daquele Centro e do Grupo de Trabalho, é conveniente que esta Casa Legis

Lido em 10/9/91

José Alberto/Lizete 10/09 11h35 0-32.5
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CAB. Nº 15 - Deputado Claudio Monteiro - 347.44.71

lativa seja informada das reais condições dos serviços presta-
dos por aquele órgão, bem como das providências tomadas e/ou pla-
nejadas para sanar as deficiências daquele Centro.

 Sala das Sessões, 10 de Setembro de 1991.


Deputado Claudio Monteiro



José Alberto/Lizete

10/09

11h35

0-32.6

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA

PROJETO DE LEI Nº

(autoriza)

(do Deputado Distrital Tadeu Roriz - PSC)

Autoriza o Governo do Distrito Federal a instituir a Fundação Universidade Distrital e dá ou tras providências.

Art, 19 - Fica o Governo do Distrito Federal autoriza do a instituir, na Região Administrativa III - Taguatinga, fundação pública, sob a denominação de Fundação Universidade Distrital.

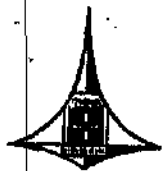
Art. 2º - A Fundação Universidade Distrital com perso nalidade jurídica de direito público / terá duração indeterminada e integrará a administração descentralizada do Distrito Federal, vin- culando-se à Secretaria de Educação, para efeito de supervisão, nos termos da legislação aplicável.

§ 12 - Serão partes integrantes dos atos de constitui ção da entidade o Estatuto e o Decreto que fo aprovar e os que se fi zerem necessários à incorporação, ao seu patrimônio, dos bens e di reitos referidos no art. 5º.

§ 2º - O Governador do Distrito Federal designará representante do Distrito Federal nos atos de instituição da Fundação.

Art. 39 - A Fundação Universidade Distrital será admi nistrada por um Conselho Diretor, constituído por cinco Membros, com mandatos de até três anos, na forma do seu Estatuto, sendo:

feito em 10/9/91



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA

I - um escolhido entre pessoas de ilibada reputação e notório saber e competência, de livre nomeação do Governador do Distrito Federal;

II - um representante da comunidade, indicado em sistema de rodízio pelas entidades de classe ou instituições de relevante papel no Distrito Federal, a convite do Presidente da Fundação;

III - três representantes eleitos, respectivamente, pelas comunidades docente, discente e dos servidores técnico-administrativos da Universidade Distrital.

Parágrafo único - O Conselho Diretor elegerá, dentre os seus membros, o Presidente da Fundação, a quem compete representar a entidade, judicial ou extrajudicialmente.

Art. 4º - Ao Conselho Diretor cabe elaborar o Estatuto da Fundação Universidade Distrital, a ser homologado pelo Governador do Distrito Federal, bem como submetê-lo à aprovação do Conselho Federal de Educação, na forma das disposições em vigor.

Art. 5º - O patrimônio da Fundação Universidade Distrital é formado pelos bens e valores especificados na escritura de constituição e transferidos ao seu domínio, e será acrescido de:

I - bens e direitos que lhe forem incorporados em virtude de atos dos Poderes Públicos, e os que vier a adquirir;

II - doações, legados, auxílios e subvenções recebidos de pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiros;

III - saldos dos exercícios financeiros encerrados.

Art. 6º - São recursos financeiros da Fundação Universidade Distrital:



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA

I - dotação, sob forma global, que lhe for anualmente consignada no Orçamento do Distrito Federal;

II - doações, auxílios e subvenções que lhe venham a ser feitos ou concedidos por quaisquer entidades públicas ou privadas;

III - rendas produzidas por seus bens patrimoniais;

IV - remuneração de serviços prestados, de qualquer natureza;

V - resultado das operações de crédito ou financiamentos contratados;

VI - receitas eventuais.

Art. 7- - Os bens e direitos ou recursos da Fundação Universidade Distrital serão utilizados ou aplicados exclusivamente para a consecução de seus objetivos, não podendo ser alienados os imóveis e os bens ~~que foram~~ gravados de inalienabilidade, sem prévia autorização legal, obedecidas as disposições da legislação específica.

Parágrafo único - No caso de extinguir-se a Fundação Universidade Distrital, seus bens e direitos serão incorporados ao patrimônio do Distrito Federal.

Art. 8º - A Universidade Distrital terá por objetivos a realização e o desenvolvimento da educação de nível superior, em todos os ramos do saber e campos profissionais, em especial nas áreas relacionadas com a agricultura, a pecuária, a geologia, a indústria, a gemologia, a informática e os serviços compatíveis com as necessidades do Distrito Federal e sua Região Geoeconômica, atendendo-se ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA

§ 1º - A Universidade Distrital se voltará, ainda, para a ampliação das oportunidades educacionais e o aprimoramento do ensino das classes trabalhadoras localizadas nas Regiões Administrativas e Geoeconômicas do Distrito Federal.

§ 2º - A Universidade Distrital envidará esforços para a realização de cursos noturnos visando atender àqueles que trabalham nos dois períodos.

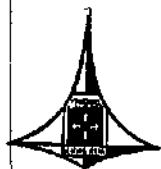
Art. 9º - A Universidade Distrital será uma unidade orgânica integrada por Institutos Centrais de Ensino e Pesquisa e por Departamentos, Faculdades ou Escolas destinadas à formação profissional.

§ 1º - A estrutura da Universidade e das suas unidades de ensino, as relações entre estas e as respectivas áreas de competência serão organizadas e definidas no Estatuto.

§ 2º - A Universidade gozará de autonomia didática, científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, nos termos do Estatuto da Fundação Universidade Distrital e de seu próprio Estatuto, observada a legislação de ensino em vigor.

§ 32 - Por deliberação e aprovação do Conselho Diretor da Fundação Universidade Distrital, a Universidade poderá promover a incorporação, desmembramento, fusão ou transformação de unidades e a criação de outras, respeitado o disposto na legislação.

Art. 10 - O Reitor e os Vice-Reitores da Universidade Distrital, obedecida a legislação aplicável, serão nomeados pelo Governador do Distrito Federal, dentre os nomes indicados em listas triplices formadas mediante eleição junto às comunidades docentes, discentes e dos servidores técnico-administrativos da Universidade.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA

Parágrafo único - O Estatuto da Universidade definirá as competências do Reitor e dos Vice-Reitores.

Art. 11 - O regime jurídico do pessoal da Fundação Universidade Distrital será o das fundações públicas do Distrito Federal, obedecidas as peculiaridades do seu sistema de ensino, as relativas aos servidores das instituições educacionais e a autonomia universitária.

Parágrafo único - A Universidade organizará o Plano de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos para o pessoal docente e para os servidores técnicos e administrativos, em conformidade com a legislação em vigor.

Art. 12 - Fica autorizada a destinação de uma área mínima de 1.000.000 m² (um milhão de metros quadrados) no perímetro da Região Administrativa III - Taguatinga, ou em suas adjacências, para compor o patrimônio da Fundação Universidade Distrital, servir como sede da entidade e **campus** universitário, devendo o Governo do Distrito Federal e a Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP - promover a escolha e delimitação do terreno e praticar todos os atos necessários à sua incorporação ao patrimônio da Fundação.

§ 1º - Fica, também, autorizada a destinação de duas áreas de, no mínimo, 250.000 m² (duzentos e cinquenta mil metros quadrados) cada, no perímetro das Regiões Administrativas II - Gama e V - Sobradinho -, onde a Universidade Distrital fará instalar **campi** avançados, nos termos do parágrafo único do art. 60 das Disposições Transitórias da Constituição Federal.

§ 2º - O Conselho Diretor da Fundação Universidade Distrital indicará, depois de um levantamento acurado, as Regiões

F.d



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Administrativas mais adequadas para a instalação de outros campi avançados.

Art. 13 - Fica o Governo do Distrito Federal responsável pela elaboração e implantação do projeto-piloto, devendo os recursos serem originários de sua receita própria e de outras fontes, de acordo com programação de trabalho a ser ~~definida~~ e aprovada em lei própria.

Art. 14 - O Conselho Diretor da Fundação Universidade Distrital terá, no primeiro período de funcionamento, a duração dos mandatos de seus membros estabelecida da seguinte forma;

I - Os membros previstos nos incisos I e II, ~~ambos do~~ ^{do} ~~artigo~~ ^{artigo} 3º, desta Lei, terão mandatos de dois anos;

II - Os demais membros terão mandatos de três anos.

Art. 15 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16 - Revogam-se as disposições em contrário.

~~Sala das Sessões,~~ - de de 1991.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA

JUSTIFICAÇÃO

A criação da Universidade Distrital constitui antiga reivindicação da comunidade do Distrito Federal. Este projeto não é pioneiro; vem apenas reforçar, agora que Brasília já dispõe de ~~uma~~ Câmara Legislativa, proposta de igual teor apresentada pelo então Deputado Federal Valmir Campeio, em 1989, perante a Comissão do Distrito Federal, no Senado Federal.

Respeitando sua linha mestra, e com o apoio do autor do projeto original, permitimo-nos pequenas modificações no texto, com o intuito de aprimorá-lo:

- a) inclusão de outras áreas do Distrito Federal para a instalação de campi avançados;
- b) a previsão das especializações em Gemologia e Informática;
- c) funcionamento em horário noturno.

Centrada na ~~Cidade-satélite~~ de Taguatinga, como se pretende, terá em torno de si a região de maior densidade populacional do Distrito Federal, devendo projetar-se sobre as localidades de Ceilândia, Nova Samambaia, Brazlândia, Guará I - II, Núcleo Bandeirante e Gama.

Poderá, ainda, estender seu campo de atuação às numerosas cidades e loteamentos que formam o entorno do Distrito Federal e se colocam na sua área de influência.

Muito embora a Capital da República conte com várias instituições educacionais de nível superior, desde o excepcional campus da Universidade de Brasília, entidade federal, às iniciativas particulares, não se desconhece a localização altamente concentradora desses estabelecimentos, que se distribuem pelo chamado Plano Piloto de Brasília e atendem primacialmente à população de maior renda, reflexo da elitização do ensino.

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA

CL-109

Das cidades-satélites que compõem o plano de ocupação territorial do Distrito Federal, apenas a própria Taguatinga logrou ~~sediar~~ ^{ter} uma experiência semelhante, a cargo da UBEC, que lá fez implantar o **campus** da Católica.

Todavia, o ensino público de nível superior não foi além da UnB, ficando as localidades periféricas totalmente desassistidas nesse setor, a despeito de exigirem dados estatísticos impressionantes e reunirem amplas condições para assegurar a viabilidade e o sucesso da presença de um **campus** universitário oficial.

Os informes econômicos e educacionais disponíveis sobre o entorno de Brasília e suas cidades-satélites demonstram, seja em termos de concentração das atividades industriais, comerciais e de serviços, seja em relação ao desempenho do sistema de ensino local, ou ao perfil de escolaridade das diferentes faixas etárias, que tudo converge no sentido da necessidade inadiável de o Poder Público local se comprometer com o projeto de realização da Universidade Distrital, com a dimensão e o alcance que merecem os aglomerados urbanos circunvizinhos à Capital Federal.

Este, o propósito que almejamos através do presente projeto de lei, que instrumentaliza a criação de uma entidade fundacional capaz de implantar e manter a tão esperada Universidade Distrital.

Sala das Reuniões, de de 1991.


Deputado TADEU RORIZ

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) - Convido a ocupar a Presidência o Deputado Salviano Guimarães.

(Assume a Presidência o ^{Deputado} ~~SR~~ Salviano Guimarães)

O SR, PRESIDENTE (Salviano Guimarães) -

SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS,

COMO PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, DESEJO FELICITAR, O SENHOR GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL POR SUA INICIATIVA DE CRIAR E EMPOSSAR UMA COMISSÃO DE ALTOS ESTUDOS PARA ASSESSORÁ-LO, EM RELAÇÃO À CONTRIBUIÇÃO QUE O EXECUTIVO PODERÁ DAR À ELABORAÇÃO DA NOSSA LEI ORGÂNICA.

NO MEU PRONUNCIAMENTO DE 02 DE AOSTO, POR OCASIÃO DA ABERTURA DOS TRABALHOS DA "LEI ORGÂNICA", CONVIDEI E CONVOQUEI A TODAS AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE BRASILIENSE A PARTICIPAREM DOS DEBATES, DA FORMA MAIS LIVRE E DINÂMICA POSSÍVEL.

AFIRMEI TAMBÉM QUE TRES PRINCÍPIOS REGERIAM TODO O PROCESSO CONSTITUINTE: INDEPENDÊNCIA, TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO POPULAR.

VEJO, AGORA, COM RESPEITO E ALEGRIA, QUE O NOSSO CHAMAMENTO TEM ENCONTRADO SUPORTE EM DIVERSOS SETORES DA NOSSA SOCIEDADE, O QUE VEM EXIGIR DE NOS, DEPUTADOS DISTRITAIS, TODO O ENTUSIASMO, TODA A SÉRIE DE UMA CORRETA ACOLHIDA À MANEIRA PRONTA, SINCERA E ELEVADA COMO O POVO BRASILIENSE ESTÁ RESPONDENDO AO DESAFIO DE ELABORAR UMA LEI ORGÂNICA JUSTA, PROGRESSISTA E DEMOCRÁTICA QUE ESTEJA VERDADEIRAMENTE À ALTURA DE BRASÍLIA, DE SEU POVO E DE SUA HISTÓRIA E COMPROMETIDA COM SUAS VOCACIONES ESSENCIAIS.

Am.

Neste sentido, desejo expressar que a Comissão de ~~Altos~~ ^E Estudos, constituída por personalidades do mais elevado nível [✓] e cito estes nomes: Dr. Pedro Gordilho, Mauro Santayana, ^h Aadir Guimarães Passarinho, Luiz Rafael ^{Mayly} ~~Maia~~, Esdras Dantas, Maria Helisa Modesto Guimarães Costa, Jos' Nilton ^u Ferreira, Carlos Santana, ^h Ernesto Silva, Carlos Castelo ^h Branco, Henrique Eduardo Ferreira ^h ~~Grives~~, Henrique Brandão Cavalcante, Moema Correia Santiago, Cristóvão ^h ~~Buarque~~, Lúcio Costa e Antônio Carlos Drumond ^h ~~Fontana~~ pessoas de

RIQUISSIMA EXPERIÊNCIA E DE INQUESTIONÁVEL SERIEDADE, SÓ PODERÁ ENOBRECER E VALORIZAR OS TRABALHOS DE ELABORAÇÃO DA LEI ORGANICA DO DF, AO PRESTIGIÁ-LA COM SUAS VALIOSÍSSIMAS CONTRIBUIÇÕES.

SEMPRE DESTACAMOS QUE, AO LADO DA AMPLA PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO ORGANIZADA, A INTELIGÊNCIA BRASILEIRA REUNIDA EM BRASÍLIA DEVERIA SER PRESTIGIADA E CONCLAMADA A PRESTAR SEU SERVIÇO PATRIÓTICO A MAIS ESTE IMPORTANTE PASSO PELA CONSOLIDAÇÃO POLITICA DO DISTRITO FEDERAL.

VIEMOS, PORTANTO, COM GRANDE ENTUSIASMO E ESPERANÇA ESTE PRIMEIRO E IMPORTANTE PASSO CONCRETO DE ACOLHIMENTO AO NOSSO CLAMOR, COMO UM BESTO DE ABERTURA A VÁRIAS OUTRAS INICIATIVAS SEMELHANTES, CUJO DECIDIDO E INQUESTIONÁVEL PROPÓSITO SEJA UNICAMENTE A FELICIDADE DO POVO DE BRASÍLIA E SUA INTEGRAÇÃO À VOCACÃO DE ORIGEM DA CAPITAL DA REPÚBLICA.

PARA NOS, DEPUTADOS CONSTITUINTES, TORNA-SE UM VERDADEIRO INCENTIVO CONFIGURADO EM UM RESPALDO MUITO IMPORTANTE AOS NOSSOS TRABALHOS, INCENTIVANDO-NOS A SUPERAR COM ASILIDADE E EFICIÊNCIA TODOS OS OBSTÁCULOS E DIFICULDADES PARA AVANÇARMOS NO SENTIDO DE CONCLUIR COM ÊXITO MAIS ESTE IMPORTANTE COMPROMISSO COM BRASÍLIA, QUE É A NOSSA TERRA.

que ~~NOTA DE GRATIDÃO.~~ [Impomos ainda aos lrs. Deputados
✓ Convidar todos os membros da comissão
para visitar esta casa ^{amanhã, dia 11, as 10hs,} e conhecer os
Deputados Distritais.

Essa será y
~~para comparecerem a uma~~ reunião ~~que faremos~~ no nosso auditório,
onde
~~em que~~ todos os Deputados poderão apresentar-se, poderão ~~dar~~ *oferecer*
~~suas propostas e essa Comissão também se apresentar aos Srs.~~

~~Deputados~~

Com relação à indagação feita pela nobre Deputada Lúcia Carvalho sobre f nomeação, deve esta Presidência esclarecer que recebeu o ofício do Sr. Diretor Legislativo solicitando que a servidora Marinalva Coelho Matos fosse nomeada para a Comissão Permanente de Inquéritos, ^{fc}) processo seguiu a tramitação normal, passando pela 1ª Secretaria, ^{que,} ~~e a 1ª Secretaria~~ através do Ofício nº 1023, encaminhado ao Chefe do Gabinete da Presidência, ^{me} informa o seguinte:

" Conforme termos da Resolução 006 desta câmara e Ofício nº 160 da Diretoria Legislativa, vimos solicitar a nomeação, no Diário Oficial, de Marinalva Coelho Matos no cargo função de Secretária FS-2 para prestar serviço na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Cidadania."

A Presidência, a partir da informação da 1ª Secretaria, fez a nomeação solicitada, ^{de} de modo que, se houve

fun
equivoco, ^{ele} deve ser computado à 1ª Secretaria, que fez esta solicitação à Presidência.

Convoco os Srs. Deputados para sessão extraordinária a realizar-se logo em seguida a esta sessão, com a seguinte Ordem do Dia:

— Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 191;

— Discussão e votação em primeiro turno das emendas ao Projeto de Resolução nº 073;

— Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Resolução nº 074;

— Redação final do Projeto de Lei nº 160.

Com a palavra o Deputado Peniel Pacheco.

O SR, PENIEL PACHECO (PST. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de fazer ^{um apelo no sentido} ~~uma solicitação~~ ^{de} ~~para~~ que a sessão extraordinária ^{tenha} ~~tenha~~ início depois de uma reunião de Lideranças para fechar os entendimentos iniciados ontem.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Parece-me, e até recebi solicitações de Deputados, que foi esgo-

ANA / ARNOUD 10/09 11:40

0 - 33/5

a possibilidade de acordo em
tada Q reunião das lideranças. Vários Deputados solicitaram -me
que convocasse a sessão imediatamente após ^{a anti} para que pudéssemos
apreciar os projetos em pauta.

^{pega a palavra para uma}
A SRA. LÚCIA CARVALHO - ^{pele} ~~Questão~~ de ordem, Sr.

Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com
a palavra a Deputada Lúcia Carvalho.

A SRA. LÚCIA CARVALHO (PT. Sem revisão da
oradora.) - Sr. Presidente, na reunião ^{de ontem} chegou-se a ~~uma~~ determi-
nada conclusão de redução da proposta. ^{do} No entanto, o companhei-
ro Fernando Naves ^{ênfatizou} verbalizou ^{no plenário,} ontem, na reunião à tarde também,
~~for verbalizado, a necessidade do contato do Sr. Presidente com~~
~~a esfera Federal no~~

S/LILIAN.

Lilian/Arnaud

10/09

11h45

(Lúcia Carvalho)

o-34/1

a necessidade do contato do Sr. Presidente com a esfera federal no sentido de termos um parecer definitivo sobre a possibilidade de funcionários que estão hoje em disponibilidade virem trabalhar ~~na~~ nesta Casa.

A segunda sugestão é ^{um} contato com o Chefe da Casa Civil do Governador Joaquim Roriz no sentido de ~~se~~ ^{se} estudar ~~as~~ ^{as} possíveis requisições imediatas, urgentes, ^{elaboradas da} para a Lei Orgânica. ~~em~~ ^{em} função dessas duas informações, teríamos uma definição final. Não levar em consideração essas duas observações, remete-nos a discussões ^{estereis} ~~em~~ em Plenário, ~~apresentar~~

Portanto, ^{eu} gostaria de lembrar ao Sr. Presidente ~~de~~ que há necessidade, sim, de acordo, ^{conforme solicitação} ~~por que~~ o Deputado Peniel Pacheco, ~~calhou~~ na medida em que ^{esperamos} ~~na~~ ^{esperamos} respostas a essas duas questões. Foi feito contato com a área federal? Foi feito contato com o GDF? ~~na~~ ^{na} Sa-
bemos que, quando há disposição, se faz ^{a sessão} ~~mesmo~~ mesmo que seja tarde da noite,

10/09

0-34/2

pela manhã ou a qualquer momento.

Então, ~~eu~~ acho necessário que tenhamos, pelo menos, essas respostas.

10/09

0-34/3

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra o Deputado Padre Jonas.

O SR. PADRE JONAS (PDT. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, tomo a liberdade, depois de ter ouvido atentamente ^{to} diversos ~~pronunciamentos~~ ^{de dizer} ~~movimentos nesse sentido~~, que está patente o anseio desta Casa ^{de} votar a matéria neste momento. Não há porque ^{maiores} «r delongas, ~~quando~~ ^o prazo se encurtou de tal maneira, que nos sentimos ^{realmente} preocupados» ~~porque se não~~ Se houver alguma coisa a esclarecer, que se faça declaração do ~~meu~~ voto, mas já é tempo de ^v ~~encurtamos esse passo~~ ^{votarmos} ^s para ~~podermos~~ justamente ^{recuperar} esse tempo precioso. ~~da votação~~

10/09

0-34/4

Am

O SR, PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra o Deputado Gilson Araújo.

O SR GILSON ARAÚJO (PTR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, temos ^{de} ~~vamos~~ dar satisfação à sociedade, diante do que já foi exposto na imprensa. Qual o número de funcionários ^{de} ~~vamos~~ ^{vamos} ~~vai~~ precisar para elaborar a Lei Orgânica e quais os especialistas em cada assunto?

Não podemos insistir ^{no} ~~na questão~~ ^{da questão} de encaminhamento da forma que vem sendo feito. Trazer funcionários em disponibilidade é a mesma coisa de contratar. Trazer funcionários do GDF, esse funcionários não vão trabalhar de graça. ^{Isso} ~~precisa ser discutido~~ ^{essa questão} ~~ela precisa ser discutida~~ ^A básica é se ^{se} ~~vai~~ ou não ~~toa~~ precisar de funcionários ^{de fora da Casa} ~~extra casa~~ para ajudar na elaboração da Lei Orgânica. A forma de buscar esses funcionários vai onerar ^{os} ~~a alguma~~ cofrespú

^{o fato} ~~precisa~~ ficar claro para a sociedade. ^{isso} ~~É~~ ^{uma} ~~essa~~ resposta

que venho pedindo o tempo todo: ^{de} ~~quantos~~ ^{se} ~~funcionários~~ ^{vai} ~~precisar~~ e quais os funcionários? ^{Governador Joaquim} ~~Pedir funcionários ao~~ ~~Roriz~~ ^{para} ~~vir~~ ^{elaborar}

a Lei Orgânica? ^{isso} ~~precisa~~ ^{de} ~~ser discutido~~. Pedir funcionários ao Pre-

10/09

0-34/5

V^{isto} sidente Collor ^{porque} precisa ser discutido. ^é a mesma coisa, vai trazer
 despesa para o País. ~~precisa ser esclarecido isso. A questão de enca-~~
 minhamento está errado. Quais os funcionários ^{de} que vamos precisar? Quan-
 tos taquígrafos? Quantos operadores de computadores? Não é ^{só} definir quan-
 tos funcionários por comissão, ~~mas~~ é se precisa desses funcionários,
 e se precisar, então pede ao Governador Joaquim Roriz ^{que mande} não contrata,
~~também~~ ^{Governador} pede ao Roriz para pagar aos funcionários; pede ao Presidente
 Collor para pagar os funcionários ~~para pagar os func~~ para ela
 elaborar a Lei Orgânica do Distrito Federal, ^O encaminhamento está errado.
 Esta Casa tem ^{de} ter autonomia, tem ^{de} ter definição, tem ^{de} ter
 independência, principalmente diante dessa situação, ^{Não} podemos ficar
 querendo ^{tampar} o sol com ^{ti} peneira.

10/09

0-34/6

Am
O SR, PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra a Deputada Rose Mary Miranda.

A SRA. ROSE MARY MIRANDA (PTR. Sem revisão da oradora) - Sr.

Presidente, nunca fui contra reunião para entendimento, mas o que ~~as-~~

~~é acontecendo, e que~~ vem acontecendo aqui são reuniões supercansati

vas ^{*Apelo*} ~~que~~ que não se chega a um acordo. ~~depois quero apelar~~ a fyws & Mesa pa

ra que ^{*votemos*} ~~votemos~~ esse projeto imediatamente ^{*em votação*} ~~em votação~~, porque o Ple-

nário é soberano, ^{*e se*} não há entendimento, ^{*se*} não se chega a ^{*um*} ~~acordo~~, então,

^{*concordar com ele*}
vamos votar esse projeto. Quem não ~~vota~~ ^{*concordar com ele*} vote não, pronto e acabou.

~~O SR PRES. S/LVI~~

Ivi/Edson

10,09

11h50min

0/ 35.1

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) -- Com a pa--

lavra o Deputado Geraldo Magela.

O SR. GERALDO MAGELA (PT. Sem revisão do orador.) --

Sr. Presidente, ~~quero resgatar a reunião de ontem, a reunião~~

~~das lideranças,~~

oportunidade de parti-

~~cipar.~~ da reunião das lideranças ontem.

~~A reunião estava chegando~~ uma proposta consensual,

estava praticamente fechado um acordo que atendia a todas

as visões. Tivemos que suspender ^{a reunião} por questões de sobrevivência.

Se não saíssemos para almoçar, não teríamos condições de conti-

^{os trabalhos.} ~~nuar a reunião.~~ Depois, ^{devido a} compromissos que a maioria dos

^{havia} Deputados ~~tinham~~ assumido, foi impossível retomar a reunião.

^{se} Colocar o projeto em votação, agora, vai voltar a

situação anterior. ~~O que quero sugerir é que~~

Ivi/Edson

10.09

35.2

~~esta sessão. Tenho o direito de fazer uma proposta, nobre~~

~~Deputado, será que estou casado, não posso nem fazer filho.~~

Sugiro, então, ^{seja} ~~que~~ encerra esta sessão e ^{convocados} ~~marcados~~

uma ~~sessão~~ extraordinária para ^{14h.} ~~às 14h~~ e possamos nos reunir,

^{se} ~~Acredito que~~ como o projeto estava chegando praticamente a um

acordo, dentro de meia hora teremos condições de concluir o

acordo.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Nada mais

havendo a tratar, está encerrada a ~~presente~~ sessão.

(Levanta-se a sessão.)